

COMISSÃO DA VERDADE

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT

25/04/2013

COMISSÃO DA VERDADE**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****25/04/2013**

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Desculpa Amazonas. Estou tão concentrado, o Jamil também. O Amazonas é meu irmão. Todo mundo, aqui não tem essa. O cara bobou a gente pôe. O Amazonas. Isso, Rillo, Amazonas, Jamil. Fomos lá na, vamos pôr eles na Mesa, vamos ficar todo mundo junto aqui. Vamos lá.

Mas valeu o memorial. Tá, eu instalo a Comissão, pronto. Vamos lá.

Trigésima Quarta Audiência sobre os casos Carlos Nicolau Danielli e Luís Guilhardini.

São Paulo 25 de Abril, dia da Revolução dos Cravos, de 2013. Auditório Teotônio Vilela. Depois nós vamos fazer uma referência a da Revolução dos Cravos.

Instalada a Trigésima Quarta Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, Rubens Paiva no dia 25 de Abril de 2013, na Assembleia Legislativa, no Auditório Teotônio Vilela para oitiva dos depoimentos sobre Carlos Nicolau Danielli e Luís Guilhardini.

Esclarecemos que a Comissão da Verdade pretende realizar todas as audiências abertas ao público. Com a presença do Deputado João Paulo Rillo e o Deputado Alcides Amazonas, do companheiro, irmão e amigo Jamil Murad, dirigente do PCdoB e Ivan Seixas, dou por iniciado os trabalhos. Paço a palavra ao Ivan que vai fazer a leitura do memorial de Carlos Nicolau Danielli. Com a palavra Ivan Seixas.

O SR. IVAN SEIXAS – Carlos Nicolau Danielli, Carlinhos, desaparecido em 30 de dezembro de 1972. Carlos Nicolau Danielli, nascido em 14 de Setembro de 1929, na cidade do Rio de Janeiro, é de Niterói, Rio de Janeiro, pertencia ao Partido

Comunista do Brasil, PCdoB. Danielli nasceu em 14 de Setembro de 1929 em Niterói, filho de Pascoal Egídio Danielli e Virginia Silva Chaves. Foi assassinado em 30 de Dezembro de 1972 quando era dirigente do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, era casado e pai de quatro filhos. Destacado dirigente comunista, era membro da Comissão Executiva do Comitê Central do PCdoB, responsável pelo setor de organização.

Muito jovem, com 15 anos de idade começou a trabalhar nos estaleiros na construção naval em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Tomou contato com o movimento operário tornando-se assim um ativista sindical. Em 1946 entrou para a Juventude Comunista chegando a ser um de seus dirigentes. Em 1948 passou a integrar as fileiras do PCB, em 1954, no quarto congresso foi eleito membro do Comitê Central. Em meados de 1962 juntamente com Ângelo Arroyo, Danielli viajou para Cuba com o objetivo de prestar solidariedade ao povo e ao Governo Cubano durante a chamada Crise dos Misseis. Nesse mesmo ano, participou com outros militantes comunistas da organização do PCdoB, uma dissidência do PCB.

Participou de vários eventos internacionais e buscou estreitar laços de amizade e solidariedade entre os povos e os Partidos comunistas. Tornou-se responsável pelo jornal do Partido, A Classe Operária, editado de forma clandestina e distribuído de mão em mão em vários Estados do País. Participou ativamente da preparação da Guerrilha do Araguaia, recrutando e encaminhando militantes, arrecadando equipamentos, remédios e outros recursos necessários.

Dados sobre sua prisão e morte. Carlos Nicolau Danielli foi morto sob tortura nas dependências do DOI-CODI de São Paulo na madrugada de 30 de Dezembro de 1972, conforme denúncia feita em depoimentos prestados na auditoria militar em quatro e sete de Julho de 1973 pelos militantes, Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles, presos com ele. Maria Amélia, César e Danielli foram presos em São Paulo em 28 de Dezembro de 1972 e submetidos a sessões de torturas.

Agentes repressores envolvidos. Durante três dias Danielli foi torturado ostensivamente sob o comando do então Major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, Capitão Dalmo Lucio Muniz Cirillo e do Capitão Ubirajara, codinome do Delegado de Polícia Aparecido Laertes Calandra. Apesar das torturas, seus algozes não conseguiram arrancar dele, nenhuma informação. Danielli foi assassinado lentamente,

mesmo com o corpo todo esfolado, respondeu sempre de maneira altiva a seus inquisidores, É disso que vocês querem saber? Pois é comigo mesmo. Só que eu não vou dizer. Afirmou diversas vezes só faço meu testamento político.

No primeiro dia, foi torturado pela equipe C, chefiada pelo Capitão Atila, integrada pelo Capitão Olavo, Mangabeira apelido do Escrivão de Polícia de nome Lourival Gaeta, Oberdan ou Zé Bonitinho. No segundo dia ficou nas mãos da equipe A, chefiada por Doutor José, que é o Capitão José Vitor Mondaíne Maia, o nome desse torturador, integrada por Jacó, Rubens, Matos, Capitão Tomé e o Investigador do Departamento de Polícia Federal Maurício Freitas vulgo Lungarete. No terceiro dia foi torturado pela equipe B, chefiado pelo Capitão do Exército Orestes, vulgo Ronaldo, e seus subordinados, Capitão Castilho, o ex-policial do DOPS Pedro Mira Grancieri e o soldado da Aeronáutica, Roberto vulgo Padre.

Finalmente no quarto dia, novamente nas mãos da equipe C, Carlos Nicolau Danielli foi assassinado. A versão apresentada pelo DOI-CODI de São Paulo foi a de que Danielli teria sido morto em tiroteio com policiais ao tentar fugir. O depoimento judicial de César Augusto Teles desfaz a versão policial.

Foram apresentadas a mim e a minha esposa, manchetes de jornais que anunciavam a morte de Carlos Danielli, como tendo tombado em um tiroteio com agentes policiais sob os nossos protestos e que ele havia sido morto em consequência e a cabo das torturas que sofreu na OBAN, fomos ameaçados de termos o mesmo destino. Em seguida foi exigido que assinássemos um documento confirmando que teríamos um encontro com uma pessoa com o nome de Gustavo e que nós poderíamos morrer. Como nos negássemos a assinar tal documento, como um absurdo, pois ninguém em sã consciência assina a sua própria sentença de morte, fomos torturados e no fim de um certo tempo, o torturador assinou o documento em meu nome e ficamos durante cinco meses incomunicáveis, certamente por termos assistido ao brutal assassinato de Carlos Nicolau Danielli.

Na Justiça Militar, há ainda declarações do ex-presos político José Aurí Pinheiro que foi informado por um torturador, na Polícia Federal do Ceará, que Danielli havia sido exterminado. No julgamento de Maria Amélia e César, no STM em virtude do recurso impetrado pelo Promotor, mais uma vez a denúncia da morte de Danielli veio à

tona. A notícia foi divulgada pela imprensa em 24 de Abril de 1978, no jornal O Estado de São Paulo. No STM novas denúncias de julgamento de presos políticos, a advogada Rosa Cardoso declara que Nicolau Danielli cuja morte foi atribuída em confronto com a polícia, é no mínimo suspeita. Isso porque Danielli foi preso juntamente com César e Maria Amélia Teles e não parece possível que uma pessoa presa pela Polícia possa ser armada por ela mesma.

As denúncias feitas pelo STF fizeram com que o Ministro General Rodrigo Otávio Jordão requeresse a apuração dos fatos que envolveram a prisão e a morte de Carlos Nicolau Danielli ainda que tivesse seu voto vencido. Em consequência das denúncias do casal César e Maria Amélia, as torturas e o assassinato de Danielli chegaram a ser objetos de apreciação no STM conforme foi divulgado em artigo publicado na Folha de São Paulo em nove de Maio de 1978. O Superior Tribunal Militar negou a apuração das denúncias sobre as mortes do estudante Alexandre Vanucchi Leme e Carlos Nicolau Danielli que teriam ocorrido no DOI-CODI do Segundo Exército, pois somente o General Rodrigo Otávio pediu a apuração dos fatos que considerou graves, assim como as várias denúncias de torturas feitas pelos acusados.

Em seu voto solitário o General Rodrigo Otávio pediu que as peças referentes às torturas e sevícias fossem encaminhadas ao Procurador Geral de Justiça Militar para apuração dos possíveis crimes previstos no artigo 209 do Código Penal Militar e 129 do Código Penal Comum. No seu voto o General justificou a sua atitude demonstrando que a fragilidade das provas trazidas como respaldo a veracidade da segunda hipótese indicaria a necessidade de uma apuração mais completa sobre evento tão contundentemente grave. Danielli foi enterrado como indigente no cemitério Dom Bosco em Perus, na Capital Paulista pelos agentes do DOI-CODI de São Paulo.

Providências posteriores, após a promulgação da Lei de Anistia, seus familiares e amigos puderam sepultar seus restos mortais em 11 de Abril de 1980 em Niterói, Rio de Janeiro. A Relatora do caso na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos do Governo Federal, Suzana Keniger Lisboa destacou ainda em seu voto que o laudo necroscópico assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Paulo Abelard de Queiróz Rocha, no dia dois de Janeiro de 1973, não descreve as torturas sofridas por Danielli e confirma a falsa versão policial de morte em tiroteio. No formulário de

requisição de exame da certidão de óbito, no item profissão foi preenchido como Terrorista, em um flagrante desrespeito aos direitos humanos.

O recorte de jornal de cinco de Janeiro de 1973, encontrado nos arquivos do DOPS de São Paulo, confirma a prisão de Danielli quando afirma, Carlos Danielli, o Antônio, havia sido preso poucos dias antes de morrer. O caso foi aprovado por unanimidade em oito de Fevereiro de 1996, as informações desse memorial foram extraídas do livro do Dossiê Ditadura, Mortos e Desaparecidos Políticos do Brasil, 1964-1985, uma publicação do Instituto de Estudo Sobre a Violência do Estado em conjunto com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

(Aplausos)

Segundo caso a ser levantado hoje pela Comissão da Verdade Rubens Paiva, Luís Guilhardini, desaparecido em Janeiro de 1973.

Nome, Luís Guilhardini, data de nascimento primeiro de Junho de 1920, local de nascimento, Santos, São Paulo. Organização política que pertencia, Partido Comunista do Brasil, PCdoB. Dados biográficos. Nasceu em primeiro de Junho de 1920, em Santos, São Paulo, filho de Gino Guilhardini e Hercília Ghico, morto em quatro de Janeiro de 1973, era dirigente do Partido Comunista do Brasil, PCdoB. Exerceu as profissões de Operário Naval, Ferreiro e posteriormente Jornalista. Era casado com Orandina Guilhardini e juntos adotaram um filho de nome Gino. Em 1945, ainda na cidade de Santos, entrou para o PCB, atuava com os portuários. Em 1953, foi para o Rio de Janeiro tornando-se membro do Comitê Regional dos Marítimos, importante organismo partidário na época. Em 1962 alinou-se com um grupo que deu origem ao PCdoB. Em 1966 foi eleito membro do Comitê Central, nesse ano vivendo na clandestinidade, teve seus direitos políticos suspensos em 23 de Maio.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento, preso e morto logo após sua prisão, seu cadáver foi encontrado no cruzamento entre as Ruas Guapimirim e Turvânia, no Rio de Janeiro, conforme versão policial publicada no jornal O Dia, em Seis de Janeiro de 1973, em que se lê, os agentes chegaram então em outro aparelho, este localizado na

Rua Guararema, 62 em Turiaçu, que era chefiado por Luís Guilhardini, o Gustavo, que se evadira anteriormente. Preso, afinal, apontou outra célula situada na Rua Guapimirim, chefiada por Lincoln Bicalho Roque, o Mario, e prontificou-se a penetrar no aparelho para facilitar a sua prisão. Quando o carro trafegava por Vila Valqueire, Gustavo pediu para que reduzisse a velocidade, pois estavam próximo ao aparelho.

Ao pedir para parar o carro e descer, agrediu o motorista e saltou saindo correndo pela calçada. O carro desgovernou-se e chocou-se no meio fio da calçada. Os agentes usaram as armas, o terrorista morreu.

Sua esposa testemunhou em depoimento ao Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, em Quatro de Janeiro de 1973, que sua casa na Rua Guararema, 62 no Rio de Janeiro foi invadida por treze homens armados que ali mesmo começaram as torturas. Ela e seu filho de oito anos e Luís Guilhardini foram colocados em cômodos separados e espancados, foram levados encapuzados em viaturas diferentes para um local que se presume fosse o DOI-CODI do Rio de Janeiro.

Seu filho assistiu a seu pai ser torturado ao mesmo tempo em que também sofreu sevícias. Segundo seu depoimento, a última vez que viu o marido, ele estava de costas, tinha as mãos amarradas com uma borracha e os braços roxos.

Em depoimento ao grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, seu filho confirmou o relato da mãe e acrescentou, nós fomos levados para uma prisão que não sei onde era só sei que ficava no subsolo, chegando lá me tiraram de perto da minha mãe, e ainda encapuzado fui levado a uma sala, chegando lá começaram a fazer perguntas. Perguntavam se meu pai viajava e o que ele fazia e eu muito assustado, nada respondia, mas eu ouvia meu pai ali perto gemendo, eu escutava mas não podia fazer nada. Só sei que sentia muito medo. No mesmo dia, Orandina e seu filho foram levados para um quarte do Exército, que supõem, ficasse em São Cristóvão.

Ali permaneceram três dias em uma cela exposta ao sol o que provocou desidratação na criança. Gino foi levado para o antigo SAM, Serviço de Assistência ao Menor, que era a antiga FEBEM, no bairro de Quintino. Orandina foi interrogada diariamente e cerca de nove dias depois da prisão, soube por um dos torturadores que Luís Guilhardini estava morto. Seu homem bancou o durão e foi para o inferno e você também está a caminho para lhe fazer companhia, disseram-lhe um dos interrogadores.

Orandina somente foi libertada três meses depois quando conseguiu encontrar seu filho. O corpo de Guilhardini deu entrada no IML do Rio de Janeiro, como desconhecido em Cinco de Janeiro de 1973 pela guia 14 do DOPS do Rio de Janeiro no qual está escrito, morto quando reagiu as Forças de Segurança, sua necropsia realizada no mesmo dia foi assinada pelo legista Salim Rafael Belassiano e Rubens Pedro Macuco Janini que confirmaram a falsa versão da morte atestando que a mesma ocorreu em tiroteio apesar de descreverem que o membro superior direito exibe sinais de lesões violentas. Reconhecido no mesmo dia pelo Serviço de Identificação do Instituto Felix Pacheco, foi enterrado no dia seguinte como indigente no Cemitério Ricardo Albuquerque na cova 22708, quadra 21.

Em 20 de Março de 1978 seus restos mortais foram transferidos para um ossário geral e entre 1980 e 1981 enterrados em uma vala clandestina localizada dentro desse cemitério. Na vala descoberta em 1991, foram enterradas cerca de 2100 ossadas de indigentes sepultados no cemitério entre 71 e Janeiro de 1974. Foram emitidas duas certidões de óbitos para Luís, a certidão de óbito 17117 atesta que sua morte ocorreu em Primeiro de Janeiro de 73 quando ainda não havia sido preso e foi assinada pelo segundo legista Rubens Pedro Macuco Janini, tendo como declarante José Severino Teixeira. A outra de número 17119, cuja data é de 23 de Março de 1973, informa que a morte se deu em Quatro de Janeiro do mesmo ano.

Nos autos do caso, constam as fotos de perícia do local do Instituto de Criminalística do Estado do Rio de Janeiro, número 78/73 e o laudo de perícia do local ocorrência 14/73 no qual está registrado não haver arma de fogo no local e que nos pulsos da vítima havia sinais recentes de ferimentos produzidos por algo que os prenderam. Os ferimentos embora superficiais faziam-se notar nitidamente. O laudo informa ainda que Luís estava vestido com camisa esporte azul clara e calça azul sobre cueca branca e sapato azul e branco. Segundo sua esposa porém ele foi preso vestido bermuda e chinelos, mas quando levaram de sua casa os agentes de segurança pegaram o terno azul de linho, camisa e sapatos dele.

O preso político José Auri Pinheiro declarou a época na Justiça Militar que no mesmo local onde foi torturado, um cidadão de nome Leônidas declarou ao interrogando que tinham sido exterminados, Luís Guilhardini, sic, também o mesmo Doutor Leônidas também declarou que pertenciam a Gestapo Nazista.

Na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos do Governo Federal, seu caso, o número 142/96, foi aprovado por unanimidade em 29 de Fevereiro de 1996, tendo como Relatora Suzana Keninger Lisboa. Os dados desse memorial foram extraídos do livro Dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil, 1964-1985 da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e IEVE, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado em parceria com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, que é do ano de 2009 na segunda edição.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Acenda um pouco a luz que está tão. Também estou anunciando o Deputado Darcy Passos, na Mesa o nosso companheiro o Deputado Darcy Passos. Boa tarde, Deputado.

Bom, vamos começar? Vamos começar pelo Danielli, não é? Quem começa? Amelinha pegue o microfone sem fio.

A SRA – A Amélia é testemunha.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – A Amelinha vem para a Mesa.

O SR. – Ela é testemunha.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – É testemunha. Então, vou formar a Mesa das testemunhas. Maria Amélia Almeida Teles, a Criméia não chegou e o César? O César vem vindo?

A SRA. – Ainda não conseguiram chegar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Tá, então vou começar. Maria Amélia Almeida Teles, ex-presa política e testemunha do assassinato de Carlos Nicolau Danielli.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Boa tarde, Amelinha Teles. Bom, eu sou comunista há muito tempo, eu sou de família comunista e desde os 15 anos eu sou organizada, fui organizada no Partido Comunista e quando em 1964 houve o golpe, eu trabalhava na Companhia Siderúrgica Mannesmann no Bairro de Barreiros em Belo Horizonte e fui, nos primeiros dias do golpe meu pai foi preso, ficou desaparecido durante quase seis meses, quando nós o encontramos ele estava na penitenciária de Neves, uma penitenciária que tinha sido recém construída na época pelo então Governador Magalhães Pinto que era um dos articuladores também do Golpe Militar.

Nessa época, é bom registrar que quando nós pudemos encontrar meu pai, ele, ali existia 3.000 presos políticos, a 30 quilômetros da cidade de Belo Horizonte em 1964.

Eu também fui presa e eu e minha irmã, nós fomos presas, fomos levadas para o quartel do Exército que ficava no Bairro do Barro Preto em Belo Horizonte e nesse quartel, nós fomos interrogadas, nós fomos ameaçadas de ser torturadas, fomos, ali a gente respondia um Inquérito Policial Militar o IPM. E esse IPM, tinha a divulgação na imprensa, constantemente tinha essa divulgação, divulgava-se o IPM, por meio de um edital e saia o nome das pessoas, então saiu o meu nome também, e saiu o nome da Criméia também, e por isso eu passei a inclusive a ser perseguida dentro da empresa que eu trabalhava e acabei sendo demitida porque meu nome saiu no jornal respondendo ao inquérito policial militar e depois puseram como indiciada, eu fui indiciada.

No dia em que saiu que eu fui indiciada, a Companhia Siderúrgica Mannesmann me mandou embora, mas foi assim, saiu no jornal, quer dizer a gente ainda tinha mais esse problema, da divulgação ao mesmo tempo naquela época, todo mundo sabia o que estava acontecendo com você, e você ficava muito visada. Bom, aí eu tive, nesse período meu pai já tinha, meu pai estava processado, eu processada, a minha irmã não foi indiciada porque ela era menor. Na época, ela tinha 16 anos, então ela não foi indiciada, e interessante que o César, que eu conheci na militância política, ele era Presidente do Sindicato dos Ferroviários. Meu pai foi Estivador, trabalhou como Portuário, na era dos Sindicatos Portuários em Santos e depois quando foi para Minas, foi para ser Ferroviário e o César foi Presidente dos Sindicatos dos Ferroviários do Estado de Minas. Acho que eu também, ele foi indiciado, mas ele não chegou a ser preso. Porque ele já foi, ele já tentou viver na clandestinidade e isso levou a todos nós para a clandestinidade, e o Partido acabou nos levando para o Rio de Janeiro para a gente viver na clandestinidade e na época então, eu conheci o Carlos Nicolau Danielli e conheci o Luís Guilhardini.

Eu conheci esses dois companheiros mais ou menos em 1965 e aí foram distribuindo tarefas e a tarefa que nos coube, a mim e ao César, além de cuidar dos aparelhos do Partido, nós ficamos com essa tarefa durante toda a nossa clandestinidade, que isso foi de 1965 até 1972, quando novamente fomos sequestrados e levados para o DOI-CODI em uma situação digamos assim, mais difícil ainda do que foi em 1964. Mas, ali no aparelho naquelas tarefas, nós tínhamos muitas tarefas ao mesmo tempo, mas a nossa tarefa mesmo era cuidar da imprensa clandestina do Partido, era a imprensa, a gráfica que essa tarefa sempre coube no tempo em que eu vivi no Partido Comunista até 1972, sempre coube ao Carlos Nicolau Danielli e ao Luís Guilhardini. Por isso do meu contato muito próximo com os dois, porque minha tarefa era essa, então a gente ali fazia uma série de atividades assim, rádio escuta, fazia leitura e revisão de texto, fazia tradução de texto porque é até interessante lembrar que os livros Marxistas não circulavam, eram proibidos e os poucos que restavam eram todos em Espanhol, ou Inglês, ou Francês, você não tinha um livro em Português naquela época.

Então, você tinha que traduzir trechos para a área que os operários e os demais militantes pudessem fazer a leitura e a discussão. Então, quando em um determinado momento, nós vivíamos no Rio fazendo essa tarefa, em um determinado momento,

devido ao próprio digamos assim, acirramento da repressão e das dificuldades, digamos, que uma imprensa clandestina, ela está sempre do ponto de vista tecnológico, ela está muito atrasada em relação à imprensa legal, se é que existe por ai, não é? E a nossa era muito atrasada também, quer dizer, você fazia mimeógrafo, nem sei se o pessoal entende o que é isso, mas enfim, fazia as condições de reproduções de material, eram as condições muito precárias, e a impressão, aquele trabalho era muito difícil e em um determinado momento, nós achamos que devíamos fazer uma coisa melhor, nós devíamos fazer um trabalho mais qualificado digamos assim, e aí nós tínhamos que ser transferidos para São Paulo.

Então nesse momento, nós fomos transferidos para São Paulo com esse objetivo de trabalhar com *uma offset*, com a tecnologia mais, digamos mais avançada. E esse trabalho todo na gráfica e na imprensa, eu até vou deixar, eu vi que o César chegou e ele pode falar muito sobre isso porque esse trabalho, foi um trabalho que ele se dedicou muito, a esse trabalho. Eu posso dizer que ele se dedicou muito mais que eu, e todo esse trabalho, era feito dentro principalmente esse trabalho de atuar, de fazer a máquina funcionar. O César foi assim um mecânico, ele também era um mecânico daquela máquina, porque aquela máquina também tinha problemas para funcionar, ela era muito barulhenta, *uma offset* faz muito barulho e você tinha que fechar toda a casa e principalmente naquele quarto onde tinha a máquina.

E o César respirou muita tinta, muito Tiner, porque o Tiner era o que limpava aquelas matrizes metálicas, então era um negócio complicado, mas fizemos um trabalho digamos assim, com mais qualidade aqui em São Paulo.

E fazíamos A Classe Operária que era o jornal oficial do Partido Comunista do Brasil na época, nós fazíamos 1500 exemplares, e depois a gente tinha que fazer pacotes e esses pacotes eram distribuídos para todo o Brasil, 1500 exemplares.

Nós fazíamos livros, publicações, fazíamos folhetos também, às vezes panfletos para serem distribuídos pelas bases do Partido e, bom, em relação à imprensa era isso.

Mas, um pouquinho daquelas atividades todas que eu vi ali no memorial falando que o Danielli fazia muitas delas nós fazíamos, nós compartilhávamos com ele, aquelas atividades. Eu acho que tirando as viagens internacionais, que quem fez foi só o Danielli, nós não fizemos, eu acho que tudo aquilo de ajudar na Guerrilha do Araguaia

também, a gente dava um apoio, às vezes recebia um agente da Guerrilha que não podia, nós nem podíamos falar com essas pessoas por questão de segurança, mas a gente recebia, porque o aparelho às vezes era usado para outros fins que não só a imprensa. Para reuniões do Comitê Central, também nós tínhamos que comprar ferramentas e remédios para serem enviados para a guerrilha, então todo esse trabalho a gente fez.

E quando foi em 1972, porque eu acho que o PCdoB na época da repressão, na época da ditadura, eu acho que tem, digamos assim, depois do Ato Institucional Número Cinco, que é em 1968, eu acho que tem dois momentos de ofensiva da repressão contra o PCdoB. Uma é em 1972 quando o Exército e as Forças Armadas invadem a área da guerrilha e aí, começa uma intensa repressão contra os militantes do PCdoB. E essa repressão, de imediato, ela também se articula na cidade, quer dizer ela vai ao campo e na cidade porque eles sabem que a cidade alimenta o campo com medicamentos, com material, enfim, é fundamental essa articulação. Então eles buscam, a repressão busca romper com toda essa articulação indo de imediato para essa repressão na cidade, principalmente Rio e São Paulo, mas também outras capitais a gente vai ver militantes do PCdoB presos.

E acho que o outro momento da repressão que é conhecido e se deu aqui em São Paulo, que é a chacina da Lapa. Acho que são os dois momentos mais intensos, não que em outros momentos também não houvesse a repressão e a ofensiva contra os comunistas. Bom, em 1972.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Mas quando, Amélia me permita, mas quando da queda de vocês, caiu também todo aquele pessoal rural, não é, do Delamônica, Vergati.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Ele não era rural. Eles eram *todos regional*. Eles eram do Partido Comunista do Brasil do regional aqui de São Paulo. Eles eram das cidades, não eram da área rural. Nem o Delamônica, nem o Vergati.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Mas foi uma queda gigantesca.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Não, mas eu estou dizendo que quando houve, não, então presta a atenção. Quando houve a ofensiva contra a guerrilha, que *era* uma área distante lá no Araguaia, lá no sul do Pará, eles ao mesmo tempo, a repressão tinha uma estratégia de enfrentamento, as nossas tentativas ou iniciativas. Ela vai e parte também para a ofensiva também na cidade, então pega toda a direção.

O Danielli, gente, para vocês terem uma ideia, ele era um dos dirigentes mais importantes da organização. Ele talvez é o que tivesse tirando o Mauricio Grabois, que estava lá na Guerrilha do Araguaia, eu acho que são os dois mais importantes naquele momento, porque ele faz tanto o trabalho internacional, ele tem uma tarefa gigante. Eu não sei como aquele homem atuava com tanta capacidade que tinha de atuação. Ele ia, gente, ele tinha encontros internacionais, porque ele saía do Brasil com nome falso, com documento falso com aquela carinha dele que ele tentava falsificar, mas não tinha jeito, porque ele tinha, enfim, ele era ele. Ele fazia encontro com os comunistas lá na Europa. Depois ele estava aqui e depois ele ia lá para o campo para montar a guerrilha, porque a guerrilha, a ideia não seria só no Araguaia, mas em outros lugares também, e ele era responsável por isso.

Então ele fazia um trabalho. Então quando vão pegar o Danielli, já pegam vários e o Guilhardini também não era pouca coisa. Então, nós estamos falando da direção, da cabeça do Partido Comunista do Brasil, foi atingida mortalmente, e isso é o que a gente viveu, é isso o que eu tenho para dizer. E nós, eu e o César então, nós vamos, o Danielli naqueles dias, ele estava muito preocupado, porque a coisa, o cerco, a gente estava sentido, a gente não sabia que dia a gente iria cair, mas você sentia tudo cercado, quer dizer, de repente você não pode mais encontrar com fulano, de repente você não pode mais, e naquele dia se não me engano, naqueles dias ali, a Criméia estava com a gente, e Criméia era da guerrilha do Araguaia e ela que fazia essa ligação do campo-cidade e em um daqueles dias ali, ela tinha voltado do campo ou da guerrilha para a cidade, ali para São Paulo e a gente via que o cerco estava muito próximo.

As informações, as notícias que nós tínhamos, eram notícias ruins, mas o Danielli saiu a principio, saiu com o César, o César ficou no sanatório com tuberculose devido a esse trabalho na gráfica e ele fica tuberculoso, um problema no pulmão que ele tem até hoje. Ele vai ficar internado em um sanatório. E naqueles dias ele sai do sanatório e tinha um medicamento, que você não conseguia no sanatório, você tinha que comprar na farmácia, um medicamento para tuberculose, que se não me engano deve ser um antibiótico, o que é aquilo? Não sei. Eu sei que nós tínhamos que comprar esse medicamento e o Danielli falou assim, então eu vou. Eu vou sair também porque eu acho que vai dar certo. Ele teve algum *inside* que achava que iria dar certo, sabia que o ponto, ele já tinha ido ao ponto, não tinha dado certo, mas naquela hora ele achou que iria dar certo.

Ele vai, então vamos nós três, eu, o César e o Danielli. O Danielli desce, o Danielli deve ter visto o militante que ele tinha um ponto, ele deve ter visto o ponto. E ele falou, eu vou descer aqui, e desceu. Ou ele talvez não tivesse visto, mas era por ali, então ele desceu, não sei.

Eu sei que ele desceu do carro, nosso carro era um DKW, se não me engano era um DKW, e nós descemos, não, ele desceu e nós demos a volta assim e combinamos de esperar o Danielli em um ponto ali na Rua Loefgreen, bem perto da APAE, que tem ali um prédio da APAE. E nesse momento, quando nós estamos parando o carro, então vem um, se não me engano um Opala verde, um Fusquinha, foi tanto carro que cercou a gente ali, mas foi em cima, e os caras desceram com metralhadoras na mão gritando terrorista, terrorista, pega, não sei o que e os terroristas éramos nós. E eles pegaram a gente, arrancaram a gente do DKW e puseram dentro desse Opala verde e quando *puseram* a gente dentro desse opala verde, nós vimos que o Danielli estava preso. Amassado lá por uns policiais e ali ele, e assim que nós fomos presos.

Ele foi da Vila Clementino até a OBAN, ali no Paraíso, eles com a sirene, falando pelo rádio, avisando. A OBAN, quando nós entramos naquele pátio, estava assim de homens, estava assim de torturadores, que a gente vai ver, e quem já comandava ali era o Carlos Alberto Brilhante. Os que eu não conhecia, mas eu via que um homem que gritava que falava que comandava toda aquela ação, e arrancaram o César e o Danielli daquele Opala verde, eles já foram torturados e eu, eles me deixaram assim um tempo eu solta, se é que pode falar solta, não é, dentro da OBAN. E aí, é até

muito paradoxo, não é, falar em solto dentro da OBAN. E aí eu fui falar, eu pensei assim, ou eu pensei, ou não pensei e fui lá falar com o Ustra, que depois eu fiquei sabendo que era o Ustra, eu vi que ele era o comandante, e eu fui falar com ele. Como é que torturam as pessoas aqui desse jeito na sua frente e você não faz nada? Alguma coisa assim.

E ele bateu assim, me deu um soco com as costas das mãos, *foda-se* sua terrorista, e me jogou longe. Aí eu caí no chão, quando eu caí no chão naquele pátio, todos, um monte de homens veio me pôr em pé e me levar lá para dentro e aí eu vi que pelo corredor já ia o César e o Danielli. Ali, foram só as sessões de tortura. Foram sessões de tortura que você ouvia os gritos o tempo todo, eu ouvia os gritos do César e os gritos do Danielli. Eram sessões de torturas intensas, e o César entrou em estado de coma.

Quando o César entrou em estado de coma, os caras foram lá me levar para que eu visse o César e eu, quando eu vi, eu pensei assim, gente que bom que é que a gente morre logo aqui. Eu achei foi bom ver ele em estado de coma, que, aliás, eles nem falaram que ele estava em estado de coma, eles falaram que ele já tinha sido morto, esse aí já morreu. Eu fiquei assim, como é que fala? Assim, eu nem me manifestei, fiquei, e eles gritavam assim, ela é muito fria, e eles batiam mais, porque eu não tinha me manifestado, eu achei assim, nossa que bom que aqui a gente morre logo.

Mas nisso, eles começam a me bater, me levam de novo para a outra sala dentro da OBAN, e eu quero lembrar que a OBAN, aqui que quando eu estou falando da OBAN, é na Trigésima Sexta mesma, não é lá na atrás não, é no DOI-CODI, na Trigésima Sexta Delegacia de Polícia. Ali na Rua Tutóia com a Tomás Carvalhal. E aí então, eu, bom, enfim, é só tortura, tortura, gente, eu sei que no outro dia, ou talvez seja no outro dia, eu vi meus filhos entrando dentro daquela, eu sempre lá em cima, eu sempre fui torturada nas salas de cima, e o Danielli sempre ficou na sala de baixo, naquela sala de baixo, ali perto da escada.

E nós, meus filhos, eu vi meus filhos entrando ali, naquele corredor, entrando e eu estava na cadeira do dragão, nua, vomitada, urinada, enfim, eu, o que eu me lembro é assim é cheiro de suor, sangue e dor. Muita coisa que eu me lembro é isso e meus filhos falando, mãe, aqui é um hospital? Mãe, por que que você está roxa e o pai está verde?

Porque o César sai do estado de coma, mas ficou verde mesmo, e é que eu me dei conta, porque depois eu fui o César, ficou alguns dias bastante esverdeado. E ele ainda usava uma camisa verde, parece que refletia, ficava assim, não é? E o Danielli sendo torturado, o Danielli sendo torturado.

A Criméia foi presa também.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Quando vocês entraram Amelinha, quando foi o dia da prisão?

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Foi dia 28 de Dezembro de 1972. A Criméia grávida, a Criméia ficou como, ela pode depois explicar, ela ficou como minha, ela na hora, ela teve aquela *inside* assim, ela falou, eu sou a babá das crianças e eu me chamo Alice, Alice Ferreira, então, quando ela falou isso, eu, foi bom que ela me deu uma dica, e aí eu confirmei, ela é Alice Ferreira, a babá das crianças. E assim ela ficou por uns dez dias, nós sendo torturados, mas antes eu não vou falar aqui da nossa história, mas acho que a história do Danielli. O Danielli foi torturado o tempo todo. Alguma vez tiraram o Danielli da sala, daquela sala térrea de tortura pra o cofre, porque uma vez eu passei ali e ele estava saindo do cofre, na cela forte, que é o cofre.

E ele, e na última vez que eu vi, me parece que o terceiro dia da nossa prisão, o Marechal, ou o Lungaretti que eram os carcereiros do DOI-CODI, me pegaram para levar para a sala de tortura, porque tiravam a gente da sala de tortura punha na cela, depois levava para a sala de tortura e ficava isso o tempo todo. E nessa hora que foram me levar para a sala de tortura, o Marechal, ou o Lungaretti, eu acho que era o Marechal, disse que se confundiu e me levou para a sala do Danielli, onde o Danielli estava sendo torturado, e aí eu pude ver como era o estado dele.

Ele estava com a barriga inchada, ele era magro, ele estava com a barriga enorme, com sangue saindo pelo ouvido, pelo nariz, pela boca, eles tinha arrebitado o Danielli por dentro. Foi isso, o Danielli morreu de tanto apanhar, de tanto ser torturado, ele teve uma hemorragia interna e aquilo saiu.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Que dia foi?

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – eu acho que era ou 29, ou 30 de Dezembro, para mim, era 30 de Dezembro de 1972. E que eram os torturadores, quem comandou todo o tempo isso, foi o Ustra. O Ustra estava lá, o Ustra corria para cá, corria para lá, gritava, esse terrorista, esse *filho da puta* desse comunista que não fala, porque o Danielli não falou mesmo, e isso aí ele não falou, ele contava para nós, era interessante que nós tínhamos muita amizade, eu e o César com o Danielli. Ele era um irmão para nós, o César era como se fosse um irmão mais velho. Muito amigo, uma pessoa muito solidária, muito generosa, muito inteligente, muito determinado e ele falava assim, o dia que eu cair, não vou falar. Eu não vou falar nem meu nome. E eu brincava com ele, mas como que você vai fazer isso? Imagine que você vai dar conta de fazer isso. Olha só, e eu falava isso com ele, e ele fez exatamente como ele planejou.

Ele não falou nem o nome dele, e ele falava assim, comunista não fala, e isso eu *vi ele* falando. E vocês são da polícia e vocês quiseram me prender, vocês devem saber que eu sou, eu que vou falar? Ele não fazia isso, ele falava isso, os caras perguntavam assim, mas e a Guerrilha do Araguaia? Ele falava assim, é comigo mesmo, só que eu não vou falar. É comigo mesmo, quem sabe sou eu.

Ele tentou o tempo todo nos isentar de qualquer responsabilidade. Eu acho assim, e ele não só deu um exemplo de muita coragem, ele foi um herói, para mim foi. Foi um herói. O Danielli foi um herói. Mas ele procurou tirar toda a responsabilidade de tudo, era como se nós não fôssemos nada, ele tirou até, ele queria até pagar a nossa militância, a nossa participação para poder que nada acontecesse com a gente, para salvar a gente, sabe, eu acho assim, se nós estamos salvos, nós devemos a ele. Ele tentou de todas as formas para nos salvar. Nos deixar livres.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – O Guilhardini não estava com vocês?

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Não. O Guilhardini, o Luís Guilhardini, um grande amigo nosso, o Luís Guilhardini parecia com a minha mãe, porque ele era loiro dos olhos azuis e minha mãe também. Tanto é que na época da clandestinidade, ele sempre foi apresentado, ele frequentava vários lugares e nos lugares onde minha mãe frequentava, ele era conhecido como irmão da minha mãe, então ele era meu tio, o Guilhardini.

O Guilhardini, já é uma outra história sim, o Guilhardini não vivia em São Paulo, porque Danielli vivia em São Paulo, nessa época da prisão dele, *né*. O Guilhardini vivia no Rio de Janeiro, morava lá. E o Guilhardini, a história que a gente tem dele, na prisão, eu sei que antes dele ser preso, quando ele viu que estava o cerco, porque todos nós estávamos sentindo esse cerco, a gente via assim, as nossas horas contadas, fora da prisão, *né*, que a gente via que uma hora a gente ia cair. E você tinha notícias da guerrilha, fulano de tal foi morto lá na guerrilha, as informações que a gente tinha eram essas.

E o Guilhardini foi na minha casa, foi na casa da minha mãe, depois de tudo ter acontecido, eu devo ter ficado um ano inteiro na cadeia e tudo, e quando eu volto para a vida, eu vou para visitar a minha mãe, lá no Rio, que minha mãe morava lá, e ela fala assim, puxa, o Guilhardini tentou de todo o jeito salvar vocês, ele foi lá, foi um dia depois, a Criméia ficou lá, acho que até no dia 22 de Dezembro, acho que ela estava lá no Rio. E acho que ele foi ou 23 ou 24 de Dezembro para avisar a gente que não fosse a nenhum ponto, porque os pontos estavam todos caídos, todos estavam sob o controle da repressão. Só que aí foi dois dias, naquele tempo, você não tinha telefone, não tinha comunicação, nós vivíamos tão clandestinos e minha mãe também vivia, então não teve como, ela ficou sabendo disso não sei se foi antes ou depois do Natal e não deu como, não teve como avisar e dizem, que a família do Guilhardini, que tinha a Orandina, que era a mulher dele, que morreu a Orandina, e tem ainda o filho, que é o Gino, o Gino Guilhardini, que é o filho adotivo, que era a grande paixão do Guilhardini, do Luís Guilhardini, do pai, ele adotou essa criança e tinha verdadeira loucura por essa criança, ele, nossa, só via qualidade naquele menino e às vezes esse menino ficava na minha casa, ficava comigo, então eu sou um pouquinho mãe, eu me sinto mãe desse menino e

eles falam que ele foi preso no dia Primeiro, parece que foi no dia Primeiro de Janeiro de 1973.

Quer dizer, três ou quatro dias, depois que eles matam o Danielli, eles pegam o Guilhardini, parece, não sei, essa é a história que a gente tem, porque no dia Cinco, eu vou saber que é no dia Cinco de Janeiro, pelo seguinte, eu estou lá sendo torturada e esses torturadores que estão aí o nome no memorial são poucos, teve muito mais, que quando o Ivan foi lendo o memorial, eu fui lembrando de outros torturadores responsáveis também pelo assassinato do Danielli. Mas eu sei que no dia Cinco de Janeiro, o Calandra, que é o Aparecido Laércio Calandra, que é o Delegado de Polícia, que é vivo, que vive aqui em São Paulo, que também torturou o Danielli, também é responsável pela morte do Danielli, ele mostrou, ele me chamou, quer dizer, mandou me tirar da cela e levar, fui levada nesse dia pelo Marechal e mostrou um jornal, no jornal estava escrito uma manchete bem grande, Terrorista morto em tiroteio. E tinha a foto do Danielli, e torturado, se vocês pegarem esse, depois eu descobri que era dia Cinco muito depois que eu fui lá na biblioteca procurar os jornais daquela época e falei, que jornal será que ele me mostrou, *né*, e aí eu vi que era dia Cinco de Janeiro.

E o Danielli torturado, e aí eu falei assim com esse torturador, não, mas isso não é verdade, isso é mentira, porque o Danielli foi morto aqui nessa sala, eu estava perto daquela sala, que eu estava ali no pé da escada, perto da sala onde o Danielli ficou. E ele falou, isso é para você ver, eu estou te falando friamente, você também pode ter uma manchete como essa, porque aqui nós damos a versão que nós queremos para a morte de vocês, foi o que ele falou. E então ali já, ali era o, o Calandra, ele tinha talvez essa característica de construir, e não era muito difícil, *né*, não era nada criativo, porque quase todos que eram da luta armada, ele se davam essa manchete, *né*, Terrorista morto em tiroteio. Não precisava de muita criatividade. E aí era muito interessante que o Danielli, a versão que tem depois nesse jornal, é a mesma versão do Guilhardini, que vai em um ponto, ele abre um ponto e veja só, o Danielli abrindo um ponto lá no Jabaquara para encontrar com outra pessoa, aí a outra pessoa acha que resolve fazer o tiroteio, não sei, ou o próprio Danielli não, é o Danielli que resolve fazer o tiroteio e é morto.

Só que só morre o Danielli e não morre mais ninguém nesse tiroteio e como diz a Rosa Cardoso, quando ela fazendo a nossa defesa, como é que uma pessoa presa,

totalmente controlada, dominada, desarmada como estava o Danielli, como é que ela vai aparecer com uma arma, que a própria polícia deu, para ele? E ele não tinha condições de sair, que está com hemorragia daquela forma como ele estava não tinha mais condições de nada, estava morto. Danielli morreu desse jeito. Morreu, não falou nada mesmo, o Danielli não falou, ele contava e eu sou testemunha, eu e o César somos testemunhas da história que ele sempre nos contou, o que ele iria fazer quando caísse que ele não iria falar. E ele fez exatamente isso, ele tinha um, e me parece, eu não posso falar do Guilhardini nos últimos dias dele, eu posso falar do Guilhardini, aquele militante, aquele companheiro, aquela pessoa maravilhosa que era meu tio, *né*, ele era chamado assim, de meu tio, e parecia com a minha mãe.

Ele morreu da mesma forma, pelo que o Gininho me contou, ele morreu da mesma forma, o Gininho foi torturado, esse menino foi torturado com oito, ele tinha oito anos de idade. Ele foi torturado para dizer onde era o endereço dele, para dizer, para fazer o pai dele falar, e o pai dele respondia para ele, isso o Gininho me contou. O pai falava assim para mim, eu não vou falar, porque eu não quero que outros companheiros vivam essa situação que nós estamos vivendo aqui. E por isso ele não falou. Então, eu hoje, eu falei assim, com todo mundo que eu conversei, falei assim, hoje é um dia de muita emoção para mim, praticamente são 40 anos da morte desses dois companheiros.

Um pouquinho mais a frente no dia Quatro ou Sete de Julho de 1973, nós fomos lá na auditoria, nós fomos levados na auditoria na Justiça Militar para dar esse depoimento que tem um pedaço do depoimento do César. Lá, nós denunciemos as torturas, denunciemos as torturas feitas na minha irmã grávida, o sequestro dos nossos filhos, e o assassinato do Danielli. E quando, eu me lembro disso, quando eu estava denunciando para o José Paiva que era o Juiz Militar da primeira auditoria se não me engano, ou da segunda? Da primeira, *né*? José Paiva, da primeira, *né*? Então, foi ele que foi o Juiz que presidiu o nosso processo. E quando eu falava do Danielli, ele uma hora gritou comigo para eu parar, ele falou, para de falar desse terrorista, para de falar já sei. Porque eu queria falar como ele tinha sido assassinado e ele não me deixou continuar e gritando, e batendo na mesa.

Então, quando, isso tudo tem praticamente 40 anos, 40 anos do assassinato, 40 anos da denúncia. Nós, com essa denúncia que nós fizemos na Justiça Militar, tem a

coincidência da família Teles que é com base nessas denúncias que nós fizemos lá na Justiça Militar. O General Rodrigo Otávio, que era do Superior Tribunal Militar, até ele ficou desconcertado com aversão que deram para a morte do Danielli, uma vez que dois presos políticos César e Maria Amélia denunciaram que ele tinha sido assassinado sob tortura. E logo em seguida outros presos políticos vão denunciar o assassinato sob tortura do Alexandre Vannucchi Leme, então é muita coincidência, e tudo no mesmo lugar, no DOI-CODI.

Então, o próprio Rodrigo Otávio que é do STM, pede para ser investigado o caso, ele foi voto vencido, mas isso está lá no nosso processo. Nós fomos condenados, fomos, e o Danielli, nós buscamos os seus restos mortais, eu acho que foi uma outra etapa da nossa vida também em relação ao Danielli, que nós tínhamos que dar um sepultamento para ele, então nós ficamos tentando, nós descobrimos que ele estava em Perus, nós descobrimos que ele estava em uma sepultura individual e nós fomos lá, eu e o César, nesse dia estava até o Roldão, eu não sei de qual, não, o Roldão trabalhava ainda no jornal Movimento, naquele tempo. O Roldão, esse jornalista do Estadão, ele estava lá com a gente e muita polícia, *né*, a repressão estava toda lá. Estavam todos com a gente ali, pressionando. E eu falei como tem medo de um homem que está morto, que só tem ossos, só tem ossos. E eles tinham medo do Danielli, mesmo depois de morto e tanto tempo, nós conseguimos sepultar o Danielli em 1980, então isso já tinha passado praticamente sete anos depois da morte.

E é interessante que tanto eu quanto o César e a Criméia também, a gente passava assim e via um cara igual ao Danielli, será que é ele? Não, não é ele, gente, claro que não é, ele morreu, mas como que você fica com aquela imaginação assim, na cabeça da gente fica, quando você não vê o corpo, quando você não faz esse ritual de fazer o sepultamento. Eu nunca pensei que isso, nunca tinha levado tão a sério como eu ter vivido esses sete anos buscando os restos mortais do Danielli. A partir desse momento, e é interessante que todas as noites eu não conseguia, eu para dormir, eu demorava dormir, eu tinha insônia e tinha suadeira, porque a hora que eu começava a dormir, eu ouvia os gritos do Danielli e via aquela imagem do Danielli, e aquilo me dava uma suadeira, me dava um mal estar e quando nós fizemos, levamos o corpo lá para Niterói, lá para o Cemitério Municipal de Niterói, ele está enterrado lá, mas foi um alívio tão grande, a partir disso aí, e eu comecei a dormir, comecei a dormir.

Eu tinha cumprido assim minha missão com aquele companheiro que foi tão maravilhoso, e eu passei a levar como uma das metas da minha vida, ajudar as famílias a buscar os restos mortais dos seus entes queridos, porque isso parece pouco, parece muito pouco diante de tudo o que a gente passou, diante de tudo que a gente pretendeu para esse Brasil, parece muito pouco, mas é muito importante esse sepultamento. E sinto muito de não ter podido fazer o mesmo para o Guilhardini. O Guilhardini está lá em uma vala comum, lá em Ricardo Albuquerque como indigente, ou como enfim, como Luís Guilhardini mesmo, Luís Guilhardini foi preso, foi torturado, eu vi o filho dele e a Orandina falando, mas eu vi o Gininho, o Gininho ficou na mesma sala de tortura que o Guilhardini e o Guilhardini, ele, o corpo dele, a gente viu tanto o laudo necroscópico quanto o corpo que nós, lá no IML do Rio de Janeiro e tem as marcas das algemas nas mãos dele aqui, nos pulsos.

Quer dizer, a maior prova de que ele foi preso, porque eles querem dizer não, e todos nós conseguimos provar na Comissão dos Desaparecidos Políticos, na lei 9140/95, todos os dois foram reconhecidos pela lei, todos os dois, e acho que, bom, eu queria, eu esqueci de trazer aqui, mas eu queria trazer um verso que é do Júlio Fuchik que o Danielli se preocupou sempre com a nossa formação teórica e intelectual, não é César? Ele achava que quando nós entramos para a clandestinidade assim, clandestinidade de ficar mesmo, só por conta, com 21 anos de idade. Então ele falava assim, vocês são muito jovem, vocês vão ficar, vocês tem que conhecer, porque o Danielli, ele foi para Cuba, defender Cuba, ele foi na União Soviética, fez curso, ele foi para a China, foi para a Albânia, foi para tudo quanto é lugar e ele aprendeu muito.

Agora nós não, nós fomos para um quarto ficar rodando documento e ele falava assim, vocês vão ficar, não dá para ficar só assim, vocês tem que estudar, tem que ler e aí, ele deu para nós, nós tínhamos uma biblioteca dentro do Partido, nós éramos responsável por uma biblioteca com bons livros, muitos bons livros. E essa biblioteca, inclusive ela rodava, esses livros rodavam aí pelos militantes, mas um era do Júlio Fuchik, Testamento Sobre a Força. Foi com ele, esse livro eu li, e esse livro li, discuti com ele, com o Guilhardini, mas mais com o Danielli e está lá no dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, inclusive tem um trecho desse livro, não vos esqueçais nem dos bons nem dos maus, lembre que todos eles tinham rosto, tinham nome, e eu acho que com esse, digamos assim, com esse start do Júlio Fuchik, que nós sempre queremos

saber os nomes, queremos saber as circunstâncias tanto dos bons quanto dos maus, acho que tem trazido e esclarecido para a gente construir a verdade.

Eu até queria ter trazido o verso, mas acabei me esquecendo, fiquei muito emocionada e agradeço a oportunidade. Obrigada gente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Eu vou anunciar a chegada do César e da Amelinha, mas eu vou fazer um corte aqui, eu queria pedir para o Jamil, dá o microfone sem fio Vivian, por favor, para o Jamil fazer uso da palavra. Companheiro Jamil Murad da direção do PCdoB.

O SR. JAMIL MURAD – Boa tarde, queria cumprimentar aqui os membros da Mesa, o Deputado Adriano Diogo, Presidente da Comissão da Verdade aqui do Estado de São Paulo, o Deputado Federal Darcy Passos, combatente de longa data que ajudou a luta contra a ditadura, a Amélia Teles, companheira, os companheiros aqui presentes todos eles.

Nós trouxemos aqui uma delegação de última hora, mais a Ana Flávia, que é do Diretório Municipal, o Wanderson que é do Diretório Estadual, o Bezerra que é do Diretório Estadual do PCdoB, alguns são membros do Comitê Central também, o nosso ex-presidente da UNE, o Augusto Chagas e o nosso companheiro Fernando e a nossa amiga de longa data também a Dodora Arantes, longa trajetória também na luta contra a ditadura.

Então, para nós é muito importante essa reunião, Deputado Adriano Diogo, e eu gostaria de transmitir o espírito nosso ao participar dessa reunião, mas esse espírito nosso que foi escrito em Março de 1973 no Jornal Classe Operária, que publicou o seguinte, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, inclina as suas bandeiras de combate em homenagem aos camaradas assassinados pela reação. Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luís Guilhardini, membros do Comitê Central e Lincoln Bicalho Roque,

candidato a membro do Comitê Central, cumpriram com honra o seu dever de revolucionários. Deram suas vidas heroicamente em defesa da causa do proletariado e do povo.

Foram batalhadores incansáveis em prol dos direitos e da emancipação dos explorados e oprimidos. São exemplos de dedicação ao Partido da Classe Operária de militância resoluta para fortalecê-lo em todos os sentidos. Seus nomes jamais serão esquecidos.

A nossa presença, a gente agradece a participação de todos os amigos e companheiros aqui, combatentes na luta contra a ditadura, uma parte daquela época da ditadura, mas a nossa presença aqui, ela tem a finalidade também de cumprir fielmente o que foi escrito e assumido perante o povo Brasileiro há 40 anos atrás. Então, jovens que nem tinham nascido ainda, mas assumem esse compromisso histórico de geração em geração. Nós haveremos de fazer do nosso País, um País de, um País soberano, autenticamente soberano, de verdadeira Democracia para o povo, um País de direitos para os trabalhadores, para o povo, um País que na nossa proposta, um País Socialista.

Então, eu tive, participei de muitas dessas batalhas na mesma época que esses companheiros, e nós assumimos um compromisso enquanto o Partido Comunista do Brasil, assumimos um compromisso de usar todos os meios de combater a ditadura. Tudo o que era possível, inclusive a proposta oficial e explícita da luta armada. E que esse Partido fez pela, na teoria e na prática, ele levou adiante essa proposta, e os seus militantes particularmente, os dirigentes, não é, Ivan, pagaram com a vida como estes que são lembrados aqui, registrados na Comissão da Verdade e homenageados por todos nós nesse momento.

O Danielli, eu não o conheci, nem conheci o Guilhardini, eu não os conheci, mas quando eles morreram, eu já era do Partido Comunista do Brasil, desde 1968, mas eu não tive a oportunidade de conhecê-los. Agora, nós conhecemos essa história escrita aqui, uma parte dela descrita aqui pela Amelinha, e nós assimilamos, estudamos, discutimos, ouvimos aqueles que conviveram ou que escreveram, ou que conheceram. Nós temos uma fundação, Fundação Mauricio Grabois, que procura resgatar documentos, descrever essas lutas, colocar na internet, que é um mecanismo também moderno, que democratiza mais a quem tem acesso e nós temos esse compromisso

também de lutar para resgatar aqueles que foram cruelmente assassinados pela ditadura, resgatar os seus despojos para dar uma sepultura digna, esclarecer os fatos e também encaminhar para que haja punição daqueles que foram responsáveis por esses crimes.

Em 1980, Amelinha, que foi lá no Cemitério de Perus?

(Inaudível)

O SR. JAMIL MURAD – Isso.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Os restos mortais foram exumados no Cemitério de Perus, que era, ele estava em uma sepultura individual, e não estava na vala de Perus.

O SR. JAMIL MURAD – Isso, eu levei o Presidente do Partido o João Amazonas, foi o Vereador Vital Nolasco, outros militantes também, nós tivemos lá e nesse momento que ele estava sendo exumado, então, o nosso Presidente João Amazonas, ele fez um pronunciamento e nesse pronunciamento, ele disse o seguinte, que lá é uma colina muito bonita, não é, tinha aquele redor, aquela área enorme ali em torno de Perus, e disse que um dia, em volta assim, tinha muitos policiais a paisana armados e que faziam questão de mostrar que estavam armados.

Mas isso não nos intimidava. E o João Amazonas fez o seguinte pronunciamento, aqui um dia há de se chamar Colina dos Mártires, porque tinha muitos mártires ali, do nosso Partido e de outras organizações revolucionárias. Então, aqui há de se chamar Colina dos Mártires, e aqui na Câmara Municipal, nós aprovamos um projeto, que se coloque uma placa em cada entrada do Cemitério de Perus, com essa consigna, Colina dos Mártires, e explique um pouco essa questão, que ali estão sepultados combatentes revolucionários que deram sua vida pela Democracia.

E então, depois o Danielli foi encaminhado para ser sepultado no Estado do Rio de Janeiro. Nós achamos muito importante, essa Comissão da Verdade, esse trabalho realizado pela Comissão da Verdade aqui do estado de São Paulo, viu, Deputado Adriano Diogo, o Senhor tem feito um esforço especial, tem sido a alma dessa Comissão, com dedicação, uma atitude corajosa, porque desse resgate para a gente contar a verdadeira história do Brasil, é que nós podemos construir uma Democracia autêntica, uma Democracia para o povo, com o povo e para o povo.

E também buscar caminhos, tem gente que está viva e que pague perante a justiça, porque a Esquerda pagou. A Esquerda pagou, quer dizer, foi preso, outros pagaram com a vida, outros ficaram longos anos encarcerados e que não pagou nada foram os torturadores, os assassinos, esses não pagaram nada até hoje, não prestaram contas, estão encobertos pela lei da anistia. Então, nós temos essa opinião e nós damos continuidade, fazemos questão, sempre aonde eu posso, eu coloco o seguinte, nós damos continuidade enquanto um Partido Político, nós cumprimos essa missão, por isso que estamos aqui, mas nós temos um programa a ser aplicado. Então, nós ajudamos a eleger o Presidente, nós ajudamos a derrubar a ditadura, ajudamos a fazer uma constituinte, ajudamos a eleger o Presidente Lula, ajudamos a eleger a Presidente Dilma, orientamos a nossa militância para dar continuidade e nas condições em que nós vivemos nessa conjuntura internacional e nessa conjuntura nacional, nós orientamos a nossa militância a cumprir a missão pelo qual eles morreram.

Se nós parecemos nisso, nós não daríamos continuidade à causa pelo qual eles lutaram e morreram por uma sociedade melhor. Então, nós procuramos orientar para que se cumpra o papel político de acordo com a necessidade de luta política do povo. Vocês viram outro dia, as oligarquias voltaram no poder no Paraguai. As forças populares democráticas na Venezuela, felizmente nós ganhamos a eleição, mas uma eleição difícil, até questionada pelo inimigo, bancada ali pelo imperialismo e pelas oligarquias.

Então, aqui essa obra de transformar o Brasil, é uma obra em andamento e enquanto eu estiver vivo, eu faço questão de orientar, participar da luta democrática, da luta social, da luta política do nosso País para ajudar a cumprir a missão transformadora do nosso País que motivou esses companheiros desde jovens a se dedicar e doar sua

própria vida para que o povo brasileiro, que os trabalhadores pudessem viver em uma condição melhor.

Então eu queria agradecer a oportunidade aqui, Deputado Adriano Diogo, e prestar a minha homenagem também a nossa homenagem à Comissão da Verdade e particularmente na sua pessoa, porque você encabeça esse processo com grande dedicação e vamos em frente. Na Guerrilha do Araguaia, nós temos a maior parte de desaparecidos ainda, não é, mas nós pegamos o despojo da Maria Lúcia Petit com os familiares, com amigos, com combatentes e fomos sepulta-la na cidade de Bauru, está toda a documentação provando, documentação fotográfica, de entrevistas, de tudo. O nosso papel, então enquanto a gente existir, a orientação nossa é o seguinte, é defender a nossa luta do passado e cumprir a missão transformadora dentro da sociedade brasileira no presente e no futuro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado. O Deputado Jamil, o companheiro Jamil, eu queria falar o seguinte, é muito importante o papel e V.Exa. desempenha no PCdoB, porque toda vez que tem algum relato, alguma recuperação da memória dos militantes do PCdoB, V.Exa. faz um esforço enorme de mobilização e de convocação da juventude e dos setores onde o PCdoB tem influência, como na direção nacional da UNE, para a recuperação da memória.

Aqui na Assembleia Legislativa, a Comissão da Verdade foi criada por um projeto de resolução e por isso é composta por cinco Deputados Estaduais, o PCdoB na proporcionalidade da Casa não teve assento na Comissão da Verdade, porem eu faço de público um convite se não a V.Exa. evidentemente que não tem assento, que a Bancada do PCdoB tem livre acesso à essa Comissão, livre participação e na medida que os Deputados ou sua assessoria tiverem condição de integrar a nossa Comissão da Verdade, serão bem vindos e serão tratados como companheiros, como integrantes como outros quaisquer.

Outro dia, nós tivemos uma reunião com os familiares, com o Prefeito Haddad para tratar da recuperação das ossadas de Perus, e nós reivindicamos em um projeto que nós temos, o Sitio da Memória, a preservação da casa da Lapa, a transformação da casa da Lapa em um símbolo da resistência. Então, eu, com toda a idade e a maturidade que

nós dois temos, nós precisamos do PCdoB nessa Comissão, precisamos da direção do PCdoB. É lógico que nós precisamos da direção do PT, precisamos da direção de todos os Partidos, lá na Câmara, a Comissão da Verdade está sendo presidida pelo Natalini. E que é originário do PCdoB, em que pese todas as dificuldades, a Comissão da Câmara voltou a existir depois que o Ítalo deixou e V.Exa., deixaram de ter mandato na Câmara Municipal.

Tenho incentivado a Vereadora Juliana Cardoso, que já é das novas gerações, a começar a assumir a Comissão da Verdade, então para nós, do nosso Partido embora a Comissão da Verdade tenha sido criada pela Presidente Dilma Rousseff, também preciso ser sincero para dizer para o senhor que a pessoa que conduz a Comissão da Verdade na Câmara Federal é a Deputada Luiza Erundina, que não é do nosso Partido. Então, na agenda do nosso Partido, também temos dificuldades em tratar desse assunto Comissão da Verdade, embora tivemos todo o apoio da bancada para criar, não é um assunto fácil.

Então, Deputado Jamil, tudo que o PCdoB puder participar, contribuir, estaremos juntos. O Paulo Vannucchi me convidou para ir na reunião da Direção Nacional da UNE que está em processo eleitoral, tentamos fazer um contato com a direção e convidamos os companheiros para virem e se integrem e se relacionem com a Comissão Estadual, está bom? Muito obrigado.

O SR. JAMIL MURAD – Muito obrigado, eu só quero relatar o seguinte, a oportunidade que nós tivemos na Câmara Municipal, São Paulo homenageia o Fleury Filho, o delegado Fleury. Foi difícil, eu não consegui aprovar em segunda votação lá uma lei para mudar o nome. Agora o Vereador Orlando Silva conseguiu aprovar e o Vereador Nabil tem um outro projeto para aprimorar isso para não depender de uma tramitação mais demorada. Então eu queria também dizer o seguinte, não vim aqui para fazer proselitismo do PCdoB, eu vim só dizer o seguinte, o PCdoB procura honrar seus compromissos ao longo das décadas e já são 91 anos. E agora, a nossa homenagem é aos companheiros também de todas as organizações que dedicaram a sua vida, perderam a vida, outros sofreram muito na tortura, pessoas que hoje não tem organização política,

mas que também sofreram que batalharam e eu não apenas só participava das atividades que homenageavam ou que dizia a respeito ao PCdoB.

As pessoas aqui mais antigas são testemunhas de que eu participava de todas as atividades de resgate da memória, de homenagens de outras organizações políticas que combateram heroicamente contra a ditadura, que contribuíram para derrubar a ditadura. Então, essa é a nossa orientação, é o nosso pensamento em palavras e obras, porque aqueles que frequentam esse ambiente sabe que a gente sempre se comportou assim. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado, Jamil. Então vamos continuar, vou pedir para o César ficar aqui perto da Amelinha. A direção, e a Criméia fiquem aqui ao lado do Jamil, por favor, para compor a Mesa.

César, primeira vez que vem aqui na Comissão, importantíssimo. Então, a direção aqui da Casa, está avisando e é muito importante, vem para cá Criméia, que o Plenário foi suspenso, então a TV da Assembleia Legislativa está ao vivo para todo o Estado de São Paulo. A Democracia Cristã a esquerda do Jamil. Você vê Dodora, a vida é dura. Aqui não tem ninguém de centro de esquerda, aqui somos todos de esquerda. Ainda bem. Estamos velhos, mas continuamos de esquerda. Darcy, Procurador do Estado, cassado. Deputado cassado. Vamos lá, César Teles, com a palavra.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Bem, meu nome é César Augusto Teles. Atualmente sou aposentado, sou de origem ferroviária, como o pai da Amelinha, eu *conheci ela* lá na rede que eu trabalhava, então durante algum tempo nós fomos ferroviários, na época do Governo Joao Goulart, com o qual nós tínhamos boas relações. Só podemos elogiar. Com o golpe militar nós evidentemente, muitos de nós tivemos que ir para a clandestinidade. Nós todos tínhamos processos na Auditoria Militar, no caso nosso, em Minas Gerais, e tivemos que, mais ou menos um ano depois do golpe, começar a pensar em ir para a clandestinidade e nós fomos para o Rio de Janeiro.

De repente nós deixamos e abandonamos tudo o que tínhamos lá, nem família, nós dissemos para onde que nós estávamos indo, viramos uma nuvem de pó e passamos a viver no Rio de Janeiro, evidentemente em contato com o Partido. Passamos algum tempo trabalhando, como Amelinha, muita coisa que eu vou falar aqui, a Amelinha já falou aqui, então eu não vou me estender muito, mas nós fomos tomar conta de um aparelho do Partido. Aparelho era o lugar onde se fazia reuniões ou se fazia publicações, coisas assim.

No meu caso, eu e a Amelinha fomos fazer o jornal do Partido e as revistas e livros que a gente editava. E no Rio de Janeiro, esse trabalho era feito ainda com dificuldade, nós já tínhamos feito em Belo Horizonte com um mimeografozinho meio simplório, e depois no Rio também nós passamos a trabalhar com um mimeógrafo um pouquinho melhor. E aí me deram a tarefa de comprar um aparelho de offset e vim para São Paulo para melhorar a qualidade das publicações do Partido. Como disse a Amelinha, o principal órgão da época era a Classe Operária. Era o órgão do comitê central do PCdoB.

E ficamos algum tempo no Rio, eu era também dirigente do Partido lá no Estado do Rio e Guanabara, eram dois Estados, e fiquei ali mais ou menos dois anos e depois nós viemos para São Paulo, uma viagemzinha assim meio, é ficamos quase quatro anos, é verdade. Viemos em uma Kombi que quebrou no meio do caminho, com o aparelho de offset dentro, (riso), ali perto da divisa de São Paulo com o Rio de Janeiro, foi uma dificuldade para sair de lá, viu?

E aí em São Paulo eu comecei a aprender a trabalhar com aquela máquina que eu não tinha curso, não tinha nada, tive que, a primeira chapa de offset que eu imprimi, aliás, que eu tentei imprimir, eu digitei tudo no verso, e não consegui imprimir nada, demorei um pouco até entender o que estava acontecendo. Bem, mas aí nós fizemos bastante coisa, imprimi muita coisa, distribuimos no Brasil inteiro, eu acho que era um trabalho bastante útil e acho que modéstia a parte, a gente era muito caprichoso, fazia *as coisas direitinho*.

Houve ocasiões que eu tinha as coleções de todos os trabalhos que eu tinha feito, mas depois, com as prisões, aquilo acabou na mão do DOPS de São Paulo. Era bastante coisa.

Bem, com o passar do tempo, nós, como disse a Amelinha, nós tínhamos, tinha começado a Guerrilha do Araguaia, a qual nós dávamos um certo suporte material e aí também aumentou a repressão sobre o Partido. Nós fomos presos junto com o Carlos Danielli que, na minha opinião era o principal dirigente em termos operacionais, ele talvez não fosse, não tivesse a importância de um ou outro desses dirigentes que ainda estavam vivos naquela ocasião, mas era o cara que tinha todos os contatos, ele dominava a organização partidária, e alguém que depois eu fiquei sabendo na cadeia que foi um dentista lá do Espírito Santo, foi preso e entregou um ponto com o Carlos Danielli, que era aqui na Vila Mariana e eu fui levá-lo de carro para esse ponto e a Amelinha foi comigo, porque eu tinha acabado de sair de um sanatório, ainda estava tratando da tuberculose, e nesse ponto, nós fomos presos.

Era uma operação meio violenta, *né*, a gente nunca espera um negócio daquele, chegaram, eu achei que era um assalto (riso), achei que era aquele monte de bandidos me assaltando (riso). Eram bandidos mesmo, mas pertencentes às Forças Armadas Brasileiras. Eram todos bandidos torturadores da pior espécie, é, assaltantes, exatamente, assaltantes. E dali, nós fomos levados para o DOI-CODI, que bem pertinho daqui, e lá chegando, tinha muita gente no pátio já de sobreaviso e aí a pancadaria, começou logo, *né*. A Amelinha esqueceu de dizer que falou para eles, olha, esse aqui, que era eu, ele é tuberculoso e diabético.

Aí me deram um soco no estômago, falou, vou arrumar um câncer para ele. Foi o Coronel Ustra que falou isso. A bondade dele. E ali, nós passamos vários dias sendo torturados, no meu caso eu era ainda tuberculoso, era diabético, o que ela falou era verdade, então evidentemente eu passei mal ali, *né*. Dizem que eu fiquei em coma, eu não sei se era coma, o que era aquilo, eu fiquei desacordado um tempo até poder retomar as torturas, eles estavam me recuperando para ser torturado mais.

Tinha sempre um médico ou enfermeiro que acompanhavam essas torturas para dizer, olha, pode bater mais que ele aguenta. Isso era para todo mundo, diziam isso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Que dia que você entrou, César?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Foi no dia 28 de Dezembro de 1972, à tarde, e essas torturas, eu fiquei 45 dias lá sendo torturado, depois fui levado para o DOPS e depois para outros presídios. Então, eu não vou me alongar muito, porque a Amelinha já se referiu bem a essas coisas. Ali, nós ficamos conhecendo o que eram os torturadores, a gente tinha uma ideia, ouvia falar, os caras torturavam, matavam etc., mas a gente nunca pensa que é com a gente que vai acontecer. Então, quando começa aquela coisa toda, é um horror, você fica pensando, será possível que isso existe? E que está acontecendo aqui, e cada um daqueles torturadores era pior que o outro.

Havia uns, que davam uma de bonzinho, chegavam bem próximo assim às vezes, tinha um lá que chegava a cara perto de mim e falava assim, você está vendo a minha cara? *Eu tô*. Eu sou negro, você está vendo? E daí, eu estou apanhando do mesmo jeito. Ele queria dizer que ele era melhorzinho que os outros, que era também humilde e tal, mas depois de passado alguns dias, você vai ver que ele está batendo do mesmo jeito. Ele procura dar uma de bonzinho para ver se você fala alguma coisa para ele, ficava confiando nele e fala alguma coisa.

E nesse período aí, eu conheci vários, *né*, esse que eu estou me referindo, eles chamavam de Mário, eu não sei o nome dele. Eles não usavam nenhuma identidade clara, a gente ficava sabendo e ficou sabendo depois durante os tempos que nós passamos em outros presídios. Você começava a conversar com outros presos, e muita gente esclarecendo de quem se tratava.

O cara mais destacado evidentemente era o Ustra. E eu e a Amelinha, denunciemos na Auditoria Militar na primeira ocasião em que nós fomos levados lá, que passou um tempo que fomos para o DOPS, ficamos mais uns meses lá, depois para o Hipódromo, Presídio Hipódromo lá na Mooca. E ao ser levados para a auditoria, nós denunciemos a todas as torturas que fizeram conosco e o assassinato do Carlos Nicolau Danielli.

Muita gente pergunta agora, há pouco tempo quando nós processamos o Coronel Ustra, por que demorou tanto? Não, não demorou. Nós fizemos a denúncia na época devida, só que ninguém deu atenção. Teve até um caso de um advogado e eu não vou dizer o nome, mas era uma figura importante que nós pedimos para eles processarem o

Ustra e toda aquela cambada, e ele falou que, por causa da morte do Danielli, e ele disse, não, eu não posso fazer isso porque ele era terrorista. Eu falei, ele não era terrorista, ele era jornalista, tem aí a documentação dele. Mas essa pessoa não quis.

Então, nós tentamos de diversas maneiras abrir processos, fazer denúncias e só muito recentemente que essas coisas tiveram um certo apoio mais massivo. Portanto, não foi por falta nem da nossa denúncia, e nem de outros companheiros e eu sei que faziam também denúncias lá na auditoria. É claro que você começava, eu, por exemplo, levei uma lista escondida até de meu advogado e minha advogada, do que eles tinham roubado da gente. Tinha uma televisãozinha pequenininha, tinha o carro, tinha, levei a lista.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Roubaram da sua casa?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES - É, roubaram da minha casa. Roubaram tudo o que tinha na casa, a cachorra que tinha tido cachorro, roubaram tudo. Tudo, tudo.

E eu levei isso, e entreguei ao Juiz. E nunca me deram nenhuma satisfação disso. Quer dizer, aqueles assaltantes que nos pegaram, eles eram assaltantes mesmo, porque eles dividiram entre eles. É o botim que eles dividem, além do salário que eles ganham para torturar, eles têm os prêmios como, por exemplo, o que eles pegam nas casas dos que eles vão levar para lá.

Bom, esse processo todo demorou.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Quando você viu as suas crianças, foram trazidas a sua frente?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES - Foram, foram trazidos lá no DOI-CODI.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você lembra quando?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Quando?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – É.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Deve ter sido lá para o dia, não sei se sete dias depois da nossa prisão.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Já tinha passado o ano novo?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Tinha passado o ano novo. Aliás, no ano novo teve um acontecimento.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Lá nas celas, ou na visita? Aonde que as crianças.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES - Não era visita porque o DOI-CODI não tinha esse negocio de visita, não.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Aonde era?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Eles (riso), tinha algumas salas lá. Aqui eles mostravam porque, eles levavam os meninos para ver a gente sendo tirados da tortura, eles, na sala de tortura. E eu não me lembro de eles terem visto a gente ser torturado, no momento, mas viam os resultados, *né*, como ela disse, um achava que eu estava verde, outro achava que ela estava roxa.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Para onde essas crianças foram levadas, suas crianças na medida em que vocês estavam presos?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES - Elas foram levadas por uma Tenente da PM de São Paulo, para uma casa que eles não conseguem identificar, mas ficaram ali alguns dias com essa Tenente tomando conta. E depois de algum tempo, eles foram levados para Belo Horizonte para a casa de um cunhado meu que era Delegado de Polícia.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Foram vocês quem pediram para levar as crianças para Belo Horizonte?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Eu pedi. Porque eles tinham ameaçado de levar para o, é FEBEM, era na época não sei o que da criança, esqueci o nome da delegacia especializada em crianças. Juizado de Menores, alguma coisa assim. Eu então, eu preferi dizer, olha tenho uma irmã que mora em Belo Horizonte, e vocês levam para lá, e infelizmente foi uma má decisão porque eles foram mal tratados por esse cunhado, que vivia dizendo, seu pai abandonou vocês, ele é comunista, ele é terrorista, não sei o que, o papo era esse.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Quanto tempo as crianças ficaram lá em Belo Horizonte?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Ficaram, sei lá, uns seis meses, é uns seis meses talvez. Até que a Criméia, ela saiu da prisão e como ela não foi processada, porque eles diziam que não tinha a Guerrilha do Araguaia, então ela não foi processada. Ameaçaram de matá-la a qualquer momento, numa estação de Metrô, ia jogar ela na linha, foi o que Coronel que torturou ela falou.

E aí, ela conseguiu sair porque não tinha processo, e foi lá e pegou meus filhos. Tirou lá da mão da minha irmã e do cunhado delegado. E mais tarde, depois eles foram para o Rio de Janeiro para a casa dos pais da Amelinha e da Criméia.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Viu, mas eu queria entender o seguinte, por exemplo, quando vocês foram presos, as crianças ficaram sozinhas em casa.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Não, ficaram com a Criméia.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Ah, ficaram com a Criméia.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – E eu e a Amelinha, fomos presos na rua juntos com o Carlos Danielli.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Isso, e as crianças ficaram com a Criméia.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Nunca ficamos um dia sem eles.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Aí foram lá e prenderam a Criméia também.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Foram lá e prenderam. Só que eles não ficaram sabendo que a Criméia era militante de Partido. E levaram uns dez dias para entender que ela não era babá de criança. Até que veio o Comandante do Segundo Exército e foi lá falar com eles, deu uma chicotada na cara daqueles torturadores e falou para eles, vocês são imbecis? Já viu comunista ter babá? (riso). Cada uma. (riso) Bateu nele, naquele careca lá, qual era o nome dele?

A SRA. – Humberto Souza Mello.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Humberto Souza Mello. Bateu nos caras, falou assim, vocês são imbecis? Não estão vendo que uma é a cara da outra? Levaram um monte de álbum lá de Ibiúna e estava lá a Criméia, mas eles não conseguiram identificar. Levaram dez dias para chegarem a essa conclusão. Evidentemente que dez dias para eles é um pecado, eles não conseguiram pegar mais gente. Sempre que pega alguém tem que bater até entregar alguma coisa.

Bom, aí depois disso, nós fomos para o DOPS, depois do DOPS fomos para o Hipódromo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Quantos dias ficaram no DOPS?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – No DOPS foram uns três meses.

A SRA. – Quatro meses.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Quatro meses.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Quatro meses no porão do DOPS?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – É, lá embaixo no DOPS.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você viu o Edgar de Aquino Duarte?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Lá também a Amelinha teve outro processo. Porque ela escreveu lá na coluna um versinho de crítica à ditadura. Fala aí o verso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Fogueira.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – O verso, é o seguinte, era, à ditadura o desprezo, ao povo gratidão, à família saudade de todo o coração. Esse o verso que eu escrevi. Aí o Alcides Singillo, que era delegado do DOPS achou que eu estava afrontando o Governo, o Estado e abriu um processo, mais um processo, então eu fiquei com um segundo processo.

E o terceiro, é, eu fiquei com três processos.

O SR. – Qual é o terceiro?

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – O terceiro é que o.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Fogueira, Força Guerrilheira do Araguaia?

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – O terceiro foi o seguinte, foi que um dia o Virgílio Enei, que era o advogado de preso político, mandou me buscar lá na cela e me levou lá para cima, mandou levar, veio aquele Adão que era o carcereiro do DOPS, para que eu fosse lá para cima e eu até achei que fosse para a sala de tortura, cheguei lá não era sala de tortura. Tinha lá um cara com um cabelinho de anjo que era o Virgílio, que eu nem conhecia, nunca tinha visto, e falou, assina esse papel aqui que eu vou ser seu advogado, e eu acabei de assinar, eu pensei assim, eu vou assinar porque eu estou incomunicável já havia seis meses, eu não sei o que vai acontecer comigo, eu não sabia se eu ia ser morta, se ia voltar para tortura, o que ia acontecer.

Ele falou, assina isso aqui, eu assinei um papel em branco, que foi a minha sorte, a partir daí eu passei a ter advogado, e o Singillo disse que eu estava tendo contado com o PCdoB, que quem tinha mandado aquele advogado lá era o PCdoB e eu estava fazendo contato, então abriu outro processo, para mim.

Ele abriu o processo, ele não tinha muito o que fazer ali, *né*, no DOPS, então abriu o processo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – César, quando você estava lá, você viu o Edgar de Aquino Duarte?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Eu vi o Edgar como uma especificidade, eu fui colocado nas celas do fundão, tem quatro celas isoladas lá no fundo da carceragem do DOPS, e fui colocado porque eu era tuberculoso, eles tinham medo de eu passar a doença para as outras pessoas que trabalhavam e que estavam presos ali. Então eu fiquei lá no fundão de castigo e lá estava o Edgar Aquino Duarte. Eu cheguei a conversar um pouco com ele porque agente falava assim de um lado para o outro, das celas, e ele, a história dele é que ele foi marinheiro, enfim, foi marinheiro e participou daquela revolta dos marinheiros, hein?

(inaudível)

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Eu não sei qual era o destacamento dele. Ele era da marinha, e ele conviveu com o Cabo Anselmo na época da rebelião lá dos marinheiros e posteriormente ele encontrou na rua o Cabo Anselmo. Ele estava por aqui em São Paulo, encontrou na rua e levou o Cabo Anselmo para a casa dele, e algum tempo depois, ele foi preso lá em Recife entregue pelo Cabo Anselmo e a mulher do Cabo Anselmo, que estava lá também em Recife, foi assassinada pela repressão entregue pelo próprio Cabo Anselmo que era companheiro dessa mulher.

E esse Edgar, ele ficou ali no DOPS algum tempo e um dia tiraram ele de lá e eu acho que eu não estava mais lá quando ele foi tirado. Não me lembro de quando foi. Mas muita gente *viu ele* ser retirado e dali foi levado para a morte. Quer dizer, nunca ninguém *viu ele* ser morto, mas ele foi tirado e sumiu, desaparecido. Mas ele dizia que ia ser morto. Eles deram alguns dias para ele, de banho de sol, para dar a ilusão de que eles estavam corando ele um pouquinho para ele voltar para a vida normal. Na verdade eles estavam era enrolando ele para matá-lo sem muito problema.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Vamos voltar para OBAN, vamos falar do Danielli, vocês, a chegada da Criméia, porque quando vocês estavam no DOPS, a Direção Estadual Regional do PCdoB caiu quando estava lá, quando o Alexandre foi morto entre o dia 13 e 17 de Março.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Quem foi morto?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - O Alexandre Vannucchi.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Ah, sim, sim.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Estava todo o pessoal lá do PCdoB.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES - Do regional, é. Esses companheiros que foram presos nessa ocasião, que eram do Regional de São Paulo do PCdoB, eu não conhecia e nem eles me conheciam. Inclusive, a gente ficava e eu dizia lá nos torturadores que eu não conhecia ninguém. Eu era parte de um aparelho secreto do Partido e que não tinha contato com ninguém. E quando caiu esse pessoal lá de São Paulo, eu fiquei com medo de conhecer algum ou eles me conhecerem, porque eu conhecia. E aí eles acabaram indo para os presídios onde a gente estava também, mas até aí, eles torturaram várias pessoas lá no DOI-CODI e depois foram mandados para o DOPS.

Eu comecei a conviver com esse pessoal que caiu nessa ocasião, lá no DOPS e depois com alguns no presídio Hipódromo. Nós ficamos sabendo do que tinha passado lá no DOPS porque eles começaram a chegar e encontrar com a gente e contar o que tinha acontecido. E nós fizemos um movimento junto com eles de denunciar o que estava ocorrendo lá na auditoria, inclusive o assassinato do Alexandre Vannucchi que várias pessoas viram ele ser retirado de dentro do cofre, a cela forte e morto. Várias pessoas viram e nós tivemos que convencer vários companheiros, a denunciar isso. Tivemos que ajudá-los porque as pessoas vinham muito desmoralizadas.

Aquela queda que eu estou me referindo, foi muita gente presa, e muita gente presa porque um falava do outro e tal, então chegou lá um sei lá, umas 20 ou 30 pessoas. Mas muitos, nós conseguimos fazer com que denunciasse o assassinato do Alexandre Vannucchi.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – E puseram em auditoria. Isso está no Brasil Nunca Mais?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Foi, foi na auditoria. Foi na auditoria que foi denunciado. É, está no Brasil Nunca Mais.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Bom, então fale um pouco sobre a convivência com o Danielli e as últimas horas da convivência.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – O Danielli, eu convivi com ele muito intimamente, porque além dele ser meu dirigente nas tarefas de aparelho e também nas tarefas que eu era dirigente de algumas regionais do Partido, eu era o motorista dele. Eu tinha comprado um carro para fazer tudo o que fosse necessário para ele andar para lá e para cá. Então foram alguns anos que ele conviveu comigo diariamente e para fazer todas aquelas, aqueles encontros e levar para reuniões, enfim era um negócio bem diário, íntimo. Era uma pessoa que eu gostava muito, ele também gostava, era um cara muito simples, *teve* várias profissões de operário, *né*, metalúrgico, várias coisas ele trabalhou nessa área e também foi Jornalista. E ele que era responsável pela Classe Operária como tinha sido também quando ainda era na legalidade antes de 64, ele também tinha ajudado nesses jornais do Partido.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Como era feito o jornal? Não tinha internet, nada?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Não. Internet. (riso).

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Como fazia o jornal para recolher.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Nem correio. (risos).

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Como fazia o jornal? Explica.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Vou te contar. O mais importante era o correio. Os jornais que a gente distribuía, por exemplo, nós mandávamos para a Albânia, mandava para a China, mandava para Cuba, mandava para a Europa toda e eu tinha que decorar os endereços todos eles em Inglês, Francês e minha memória, não era grande coisa e mandava pelo correio da seguinte maneira, eu datilografava em um papel bem fininho, um papel Bíblia, todo o jornal, datilografava o jornal todinho nesse papel para ele poder ser dobradinho, enfiava dentro de uma carta e mandava para a Europa e para os outros países também. Então, essa era uma tarefa importante que eu fazia praticamente todo o mês, mas enfim quando saia o jornal. Não era uma coisa assim, todo mês porque a dificuldade era grande. Então era o correio.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Então explica uma coisa, é importante porque isso é um relato histórico. Vocês faziam o jornal nacional do Partido, não é, da direção nacional no Rio, depois fizeram, quantos anos.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Ao mesmo tempo no Rio, nós fazíamos dois jornais dos marítimos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Dois jornais.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Dos marítimos, do Partido. Um chamava Beira Mar, o outro já esqueci.

(Inaudível)

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Não, eu não sei, eram dois jornais também mais simples, mais localizado lá do Estado do Rio e do pessoal marítimo. E fazia o jornal nacional do Partido que era o Classe Operária. Eventualmente a gente fazia outras publicações, por exemplo, edições das obras do Mao Tsé-Tung.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Qual era periodicidade do jornal?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – O jornal era de vez em *quandário*.

(Risos)

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Não era muito fácil você manter aquilo mensalmente ou de dois em dois meses, então na medida do possível você procurava, porque a primeira questão era o seguinte, eu não era redator, eu só fazia a parte de

impressão e etc. Então os redatores, um era o Maurício Grabóis que estava lá no Araguaia, até chegar aqui o artigo dele, a Criméia foi uma que trouxe alguma coisa dele para cá, viajando de ônibus, essas coisas, né? Não tinha internet e o correio também, ele funcionava para o exterior, porque para dentro, aqui, não sei, eu não usava para aqui dentro do País.

A gente entregava um certo número, por exemplo, eu morava em São João do Meriti que é fronteira com Guanabara, na época era o Estado do Rio e Guanabara. E eu saía com uma sacola assim e com 200 jornais impressos e atravessava a fronteira no meio daqueles guardas que vigia a fronteira, de um Estado para outro. Então, era um negocio precário, corria muito risco e eu tinha que fazer a impressão com o rádio na maior altura, para ninguém ouvir o barulho da máquina que estava rodando direto lá.

Comprar papel, era um problema, não é igual você ir na Kalunga hoje comprar (riso). Tinta para impressora, tudo era muito difícil. Os tipos, não tinha tipo igual você imprimir na internet, na internet não, no computador atual, você pode fazer jornais maravilhosos, cheio de imagens, na época não tinha, isso era tudo difícil.

E por causa dessa dificuldade também que era a dificuldade de fazer e a dificuldade de distribuir. Sempre qualquer coisa desse tipo era a distribuição era o pior problema.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Quando você estava preso, quando houve a chacina da Lapa ou você já estava na rua?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – estava preso. Estava lá no.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Estavam presos?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Estava lá no Romão Gomes.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Quantos anos você ficou no Partido?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Eu fiquei uns 20 anos, por aí. Deixa eu ver. Por aí, viu, uns 20 anos se não mais.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - E vocês tinham um grau, tem um grau de parentesco com a Família Grabois.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES - Não.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - A Criméia.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES - O grau de parentesco foi adquirido.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Adquirido.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES - A Criméia casou com o filho do Grabois. Mas eu conheci o Grabois na atividade partidária, fiz muita coisa com ele, mas não era parente. Era também um cara muito interessante, muito inteligente, bem humorado.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Para concluir, fala mais um pouquinho do Danielli, é importante. Qual era a diferença de idade e fala do

Guilhardini. Qual a diferença de idade sua e do Danielli. Você conviveu quantos anos com o Danielli?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Ah, uns cinco para sete anos.

A SRA. – Sete anos.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Sete anos, é. Porque eu era de Minas, demorei um pouco a chegar no Rio, onde eu conheci ele, e depois em São Paulo, que eu convivi muito com ele. O Guilhardini, também foi uma pessoa que eu tive uma convivência grande, porque.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Nasceu em 1920, não é?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES - Quem?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – O Guilhardini, foi preso com 53 anos, não é?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES - É, ele era mais velho que o Danielli e do que eu muito mais. Eu não me lembro da idade certa dele. Mas também era uma pessoa que eu tive muita afinidade porque ele era um cara muito prático. Ele tinha uma Kombi, ou até mais de uma, ele vivia levando gente para cá e para lá, fazendo mudanças, era um cara muito prático. E ele tinha uma influência muito grande no meio dos marítimos, onde ele atuou.

Ele era de Santos, nasceu em Santos e lá ele se ligou aos marítimos. Depois no Rio também ele era o cara que dirigia o Comitê Marítimo. Quando houve uma separação do PCdoB com o PCB, uma parte das pessoas que vieram para o PCdoB, foram esses marítimos que o Guilhardini trouxe, ele era dirigente lá e ele conseguiu trazer a maioria dos militantes marítimos para o PCdoB.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Os marítimos eram militares ou eram da estiva?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES - Não, eles eram civis.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Da estiva?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Marítimos civis, que incluía gente que trabalhava na estiva, gente que era marinheiro mesmo, mas todos civis. Não tinha militares não. Em que eu me lembro, o PCdoB, praticamente não tinha nenhum militar, só o único que eu conheci, foi um general chamava Cordeiro Oest, e o irmão dele foi assassinado pela ditadura, o Lincoln Oest.

(Inaudível)

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES - É, esse outro era um general que apoiava o Partido, mas muito secretamente, não era para qualquer um conversar com ele não. E eu não sei o que aconteceu com ele depois, mas fora esse que eu me lembre, não tinha militares no Partido. Na época de 35, havia muitos militares inclusive de boa patente, mas depois disso aí se esfumou.

Bom, então o Guilhardini também era um cara mais velho, muito dedicado também e a prisão dele e do Danielli, eu acho que foi um golpe sério, viu. Porque eles eram uns caras muito práticos, além de terem o conhecimento e a experiência, porque eram antigos militantes do Partido, eles tinham muitos contatos com a base do Partido. Quando eles foram presos, o Partido levou uns dois ou três anos para se levantar de novo, foi bac grande.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – A última pergunta César, como foi o impacto para vocês, foi para o Brasil todo, mas da queda do pessoal da casa da Lapa. Desculpe, da casa da Lapa. Como foi estando preso a notícia da queda da casa da Lapa?

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – É o seguinte, eu estava preso no, lá no presídio aqui no, como é que chamava ali? Barro Branco. Estava preso no Barro Branco já algum tempo, e estranhamente o comandante do presídio, era um Capitão, ele deu a entender que havia alguma ação assim problemática para o Partido, e ele já sabia que haveria aquela invasão lá, não sei por que. Ele devia ser do serviço secreto, alguma coisa assim.

Ele deu a entender para a gente que ia haver uma ação desse tipo e aí nós ficamos sabendo quando houve, mas não tínhamos muita, a não ser através de advogados que a gente ficou sabendo de certos detalhes e dos familiares que a gente, a Amelinha, por exemplo, estava na rua, ela não estava mais presa e inclusive nessa época, ela teve que sair de São Paulo porque o Dom Paulo, inclusive recomendou que ela saísse de São Paulo e ela e a Criméia, né? Porque tinha ficado muito perigoso para as pessoas do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Eu queria também, eu tinha uma curiosidade, quando o Genoíno caiu, você se encontrou com ele e ele trouxe muita notícia do Araguaia, não é? Embora você tivesse recebido também pela Criméia.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Eu encontrei com ele no DOI-CODI, e eu estava em uma cela e aí de repente eu vi uma toalha com o nome de hotel de Xambioá. Foi pendurado lá, eu acho que tinha tomado banho e botou aquela coisa lá pendurada. Eu achei estranho porque eu não sabia que tinha havido essas prisões, mas ele acabou chegando lá, ele não foi nessa ocasião no DOI-CODI, ele não foi torturado porque ele já tinha ficado bastante tempo lá na própria região do Araguaia sendo torturado, *né?* Pelo menos do que a gente ficou sabendo na época, então ali ele chegou, ficou um preso um tempo lá e depois nós fomos juntos para o Hipódromo e depois nós fomos juntos para a Casa de Detenção, eu, ele e mais dois companheiros. Não sei, ele deu alguma notícia do Araguaia, mas acontece o seguinte, ele foi preso no dia que começou, ele não participou de ações militares, ele só participou da preparação, mas quando o dia em que começou, ele já foi preso, aliás, eu acho que ele foi o primeiro preso, não sei, não me lembro.

Então, não me lembro de ele dar muita notícia do que ocorreu lá, porque ele não participou das ações militares, ele foi preso no começo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Obrigado César, está bom. Vamos lá Criméia? Troca o microfone. Jamil quer falar? Dá o microfone aqui para o Jamil, acho que quer perguntar alguma coisa, dá aqui o microfone.

O SR. JAMIL MURAD – É importante se registrar para a história do nosso País nessa Comissão da Verdade, em 1984, em plena campanha das Diretas Já, eles prenderam mais de 70 membros do PCdoB em meia dúzia de Estados do Brasil, porque eles viam no PCdoB, uma organização que participava de um processo que ia chegar o fim do Regime Militar. Aquele General Cruz, em um debate de televisão, ele pegou um livrinho vermelho.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – General Newton Cruz.

O SR. JAMIL MURAD – Newton Cruz, ele registrou o seguinte, está tudo mundo contra nós, esses caras aqui une o diabo contra nós. Quer dizer, a chamada frente ampla, não é? Contra a ditadura. Quer dizer, unia os Partidos, lideranças, gente de extratos sociais diferentes, e tal. Unia tudo contra a ditadura. Então eles tinham um ódio mortal porque é por ali que eles iam perder o poder, como acabaram perdendo.

Eles não prenderam o João Amazonas, porque eles invadiram o apartamento do João Amazonas aqui na Bela Vista, onde ele morava e o João Amazonas não estava lá, mas levaram várias coisas inclusive o revólver que o João Amazonas tinha, eles levaram.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Criméia. Amelinha fica com a gente aqui. Cadê a Amelinha? Está bom. Criméia. Arruma a cadeira da Amelinha, por favor.

A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA – Bem, eu fui presa no dia seguinte à prisão da Amelinha e do César, fui presa dia 29 de Dezembro de 1972, eu sou Criméia, eu fui presa mais ou menos meio dia, uma hora, por aí. Eu estava com as crianças e eles entraram, bateram e perguntaram onde estava a Amelinha e o César, não, eles perguntaram, é aqui que mora a Amelinha e o César? Eu disse é. E eles, pois é sofreram um acidente, eles estão hospitalizados, nós somos do Partido e, era um casal, a mulher era essa que acabou ficando com as crianças nessa casa clandestina que a gente nunca descobriu onde é. E eles disseram que eram do Partido e tinham vindo me buscar, o que que eu era?

Eu falei assim, eu sou a empregada, babá das crianças e tal, pois é nós somos do Partido e viemos buscá-los. Eu falei assim, não, eu prefiro ficar aqui mesmo. Não, não vai conosco. Aí eu ainda falei assim, mas que história é essa de Partido? Eles falaram assim, não porque eles são militantes do Partido e tal, aí eu vi que não adiantava muito, discuti com eles, e vi que havia outras pessoas, havia muitos carros na rua e como eles não voltassem a noite, eu destruí todo o material ou a medida do possível, que estava da

gráfica, não podia destruir a impressora, mas pelo menos o que tinha sido impresso, as chapas, *né?*

E havia uma fossa no quintal, era na periferia e eu joguei tudo isso na fossa e o que eu não consegui jogar na fossa, eu misturei com bastante papel higiênico bem sujo porque não dava mais para queimar, aí eu já estava queimando, já era muito tempo que eu estava tentando destruir as coisas. Então eu misturei com papel higiênico para se eles não pegavam *né?*

Parece que não pegaram, as coisas que eu queimei que eu joguei fora e mesmo o que eu não queimei eles não acharam. E eu tinha dito para as crianças que poderiam chegar pessoas porque como eles demoravam, eu pensei, podem ter sido presos então eu resolvi avisar as crianças que poderiam chegar pessoas na casa se dizendo amigo, oferecendo balas, doces, mas que não eram amigos e que eles não conversassem com estranhos. E foi engraçado porque um desses, o homem desse casal, ele perguntou ao Edson se o pai dele tinha um carro. Aí o Edson falou, tem. Ele disse como é esse carro? Ele disse, eu sei, mas não falo. E o cara já começou a ficar irritado e depois ele dizia que filho de comunista já é treinado desde pequenininho, a não falar.

Bem, aí eles puseram a gente em uma C14, e tinha uma colcha em cima do banco e tinha coisas embaixo, a gente sentou em cima de coisas e o Edson foi levantar o pano para tirar o que estava embaixo incomodando ele e era uma metralhadora. E o cara ficou bravo também, de novo ficou bravo com ele. Bem, aí a gente foi para o DOI-CODI e eles me levaram para o, era nessa Trigésima Sexta, mas a gente entrava pela garagem, não entrava pela porta da Trigésima Sexta, tinha um portão e entreva meio pelos fundos e de um lado ficavam as celas e do outro lado ficava as salas de torturas e eu subi as escadas, eles me levaram para cima, em uma sala estava o César e na outra estava a Amelinha e eu não vi o Danielli nesse primeiro momento.

E eles me interrogaram, perguntaram e eu dizia que era a babá, que eu não sabia e eles queriam saber de duas pessoas. Quem era aquele cara, *né*, que eles não diziam o nome, que estava com o César e a Amelinha e onde estava a irmã da Amelinha que era eu, *né?* E eu dizia, não sei, não conheço, certo?

Bem, como eu não conhecia, o tal homem, a mulher, a irmã da Amelinha e nisso eles mostravam a minha foto. Você conhece? Eu dizia não, não conheço. Se eles estão

perguntando, então era porque ainda não sabiam. Aí, o homem, eles me levaram para a sala de tortura em baixo, isso já era, para mim já tinha passado o resto da tarde, a noite, eu acho que já devia ser o começo do dia 30. Então, me levaram para a sala de tortura em baixo e lá estava o Danielli muito roxo, edemaciado com as calças meio abaixadas, assim nas pernas e ele estava inconsciente, eu percebi que ele ainda estava vivo porque tinha uma espuma sanguinolenta que saía da boca e do nariz e que se movimentava e ia se acumulando na boca, aquela espuma e eu falei assim esse homem está mal, vocês não vão fazer nada? Ele falou, conhece? Não conhece então vamos embora. Já me tiraram, eu disse que não conhecia, eu acho que o Danielli não me reconheceu, ele estava inconsciente e aí me levaram para os fundos da OBAN, que não era a delegacia, era o alojamento dos militares que eles transformaram em cela.

Então, tinha uma escadinha, era um prédio, ficava mais a direita, mais para os fundos, *né?* Nesse prédio, eu fiquei lá, está certo? Lá não tinha janela, era tampado com Eucatex, não tinha banheiro, não tinha nada. Eu fiquei dentro desse quarto e quando foi eu acho que já estava amanhecendo, chegou uma presa e ela disse, saiu um homem morto, moreno e tal, morto da salinha de tortura em baixo. Eu achei que pudesse ser o César porque ele estava muito mal por causa da diabete e tal, ou o Danielli que também estava muito mal. Então eu fiquei na dúvida de qual dos dois seria, ela não, a descrição que ela fez não. Nessa, depois ela saiu, eu continuei lá, no quarto ao lado desse que eu fiquei, porque era um quarto de alojamento de soldados, ficou preso o Jorgito, que era o irmão da Soledad e.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Na OBAN?

A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA – Na OBAN.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Você conheceu o Jorgito na OBAN?

A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA – Na OBAN, e tinha no lugar da tomada eu tirei a tampinha e fiquei tentando ver o que tinha do outro lado, *ne?* E eu vi que alguém também já tinha, porque a tampinha só tinha um parafuso então você levantava e abria a janelinha e eu vi que alguém já tinha cavado o buraco, tinha bastante terra dentro da caixinha e dava para ver a outra cela, então eu deitei no chão e fiquei tentando falar pelo buraco, que está aí do outro lado? Quem é não sei o que e tal. E o Jorgito falou, eu sou o Jorgito, minha irmã foi morta e eu vou ser assassinado e ele contou a história do Cabo Anselmo.

(Inaudível)

A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA – É, Jorge Viedma Barret, *né?* Irmão da Soledad. E ele contou a história de como tinha sido a prisão e a morte do pessoal lá em Recife. Depois, no dia seguinte eu fui levada para a cela que era na OBAN e aí eu vi que César estava vivo então para mim ficou certo que quem tinha morrido, era o Danielli e aí eu fiquei na cela e foi o ano novo, era a passagem de ano e o Major Ustra levou um pratinho de pernil, panetone, e nozes e etc. para que a gente comemorasse o ano novo, como se isso fosse possível, *né*, comemorar o ano novo.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Dá licença, Criméia, ele disse que era.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Fala no microfone César, por favor.

O SR. CÉSAR AUGUSTO TELES – Ele disse que era um oferecimento da mulher dele, aquela ceia de natal, e eu, por exemplo, depois disso passeia a não gostar de panetone. O bandido. E eles na passagem do ano, que todo mundo solta fogos, eles,

todos os guardas ficaram atirando com metralhadora para cima, que era e eles estavam festejando e para apavorar a gente, *né?* E isso foi no 31 para primeiro de Janeiro.

A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA – Bem, então teve esse lance do Ustra, que eu não sabia que ele era o Ustra, *tá certo?* Foi ele quem levou o panetone, coisas. Bem, aí eu fiquei nessa cela, na OBAN durante um tempo até que eles descobriram que eu era irmã da Amelinha, e que não era uma coisa difícil porque eu tinha sido presa em 68 no Congresso de Ibiúna. E aí, eles me levaram de volta para esse alojamento que ficava nos fundos e aí eu fiquei lá enquanto eu estava na cela, eles me levavam para interrogar, mas depois que eu fui pra esses fundos aí, voltei para esse alojamento dos fundos, não teve mais interrogatório a não ser que a noite eles me tiravam da cela, levavam para um carro e diziam você vai morrer em um acidente na Serra das Araras e o carro vai pegar fogo.

E me punham no carro e eu ficava dentro do carro e aí o dia amanhecia e eles diziam, olha não deu para ser hoje, mas amanhã você morre, *tá*, volta lá para o lugar. E assim, iam passando os dias e um dia veio, porque, quando, não, eu estou confusa.

Quando eu estava nessa coisa lá dos fundos, nesse alojamento, eu ainda fui interrogada. Então eu descia as escadinhas de capuz e era muito espancada e teve um médico que disse que me avaliou, porque eu estava grávida no sétimo mês e ele disse que eu poderia levar, apanhar no rosto, na cabeça, nos pés e nas mãos. Então eu levei choque nos pés e nas mãos e apanhei muito na cabeça.

Depois apareceu um militar do Exército, fardado, mas sem identificação, devia ser oficial pela quantidade de divisas que tinha na farda e ele se apresentou como médico e fez um exame físico em mim e disse que eu tinha condições de viajar. Aí eu entendi o que era, ou seja, tinham desaparecido as equimoses então eu podia ser transferida.

E eu não sabia se esse viajar era a tal Serra das Araras onde eu ia morrer *né*, mas depois eu fui para o aeroporto de Cumbica, a Base Aérea de Cumbica, deu para identificar porque esse negócio de capuz, e eu estava grávida, eu disse, Ah, já que eu vou morrer, de vez em quando eu tirava o capuz, dava uma de louca e tirava o capuz

para ver onde eu estava. E deu para ver que era Cumbica, né, não existia ainda o Aeroporto de Guarulhos.

Aí eu fui levada até lá e voltei, não viajei não sei por que. Eu e mais dois presos, um era o Zé Duarte e o outro era um tal de Paulo do PCB. Voltei, e aí eu dei um jeito de avisar para os presos que eu ia viajar de avião. Eu só não sabia para onde. E no dia seguinte eu voltei para Cumbica e fui levada para Brasília.

Bem, então foi isso que eu assisti da morte do Danielli, eu conhecia o Danielli desde que eu fui para o Rio, eu conheci o Danielli, depois eu fui para o Araguaia e quando eu voltei do Araguaia, eu tive contato, meu contato com a direção era basicamente o Danielli e o Guilhardini também eu conheci no Rio, e depois nunca mais vi.

E eu estava no Rio e no dia que eu viajei, eu tinha ido à casa de meus pais, no dia em que eu viajei o Guilhardini foi à casa dos meus pais para tentar encontrar comigo, para que eu avisasse o pessoal em São Paulo que tinha havido umas quedas. Mas eu já tinha saído de casa e ele tentou segundo minha mãe, ele ia tentar me encontrar na Rodoviária, mas nós não nos encontramos e aí, isso foi um pouco antes do natal, eu ainda viajei, fui até Goiânia, que eu tinha um ponto, um encontro para levar coisas para o pessoal do Araguaia, fui a Goiânia, voltei, eu cheguei no dia 28 e fui para a casa da Amelinha e do César e fui presa.

Então, eu não encontrei mais com o Guilhardini depois que eu saí do Rio. É isso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Obrigado Criméia. Quanto tempo você ficou presa, Criméia?

A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA – Olha eu fiquei presa de Dezembro, de 29 de Dezembro até acho que foi 20 de Abril de 73. Mas eu nunca fui presa, eu fui sequestrada, porque nunca foi comunicada a minha prisão, não, é sequestro, senão faz diferença, prisão e sequestro.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Todo mundo foi sequestrado, ninguém foi preso.

A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA – Depois as pessoas foram legalizadas do sequestro. O meu não.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Bom, quando teve a chacina da Lapa, você estava presa ou estava aonde?

A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA – Não, eu estava solta e eu estava na casa para a Amelinha, *né*, e a gente saiu de casa, foi uma situação bem difícil, inclusive assim porque o próprio advogado falou que o pessoal que caiu, porque eu era o contato da direção do Partido com a o Araguaia. E o advogado falou, o pessoal que caiu, entregou que você era o contato. Então, ficou uma situação bastante difícil, a gente saiu de casa zanzou um pouco, nem sei o que a gente fez, mas a gente não foi para casa e.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Qual foi mesmo o dia para efeito de depoimento. Qual foi o dia da queda da casa da Lapa?

A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA – Dezesesseis de Dezembro de Setenta e Seis. E a partir desta data, quer dizer, depois que eu voltei para casa e tal, e que uma forma que eu vi para me legalizar foi voltar para a universidade porque tinha que estar começando o movimento estudantil de novo, então eu voltei para a universidade e aí eles me seguiam acintosamente, era.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Espere aí, só para recuperar, um dos últimos a ser mortos no Araguaia era o irmão da Petit, não é?

A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA – Não, não. Foi a Walkiria, Adinalva. A Suely. A Walkiria foi Outubro de 74.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - então, 76 o Araguaia já estava praticamente extinto? Entendi. Ótimo. Ótimo não, quer dizer, entendi. Claro. Quer fazer mais alguma coisa, alguma consideração?

A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA – Não.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Não? Então, o Jamil teve que sair, eu queria fazer o seguinte, com está o pessoal aqui da Fundação e está o pessoal do PCdoB acompanhando, tudo o que o PCdoB tiver de documentos da ditadura, tudo que puder dar cópia para a gente, vir prestar depoimento, tudo, tudo que a direção do Partido tiver, documentos sobre como o Partido viu a guerrilha do Araguaia, enfim, toda, a gente fez a recuperação daquele documento da cassação do Partido de 47 que vocês fizeram um documento importantíssimo que a gente vai tentar incluir no relatório da Nacional e então, se o que puder trazer da memória política do período compreendido, por 47 até 85, viu Jamil? Nós já estamos indo para o finalmente, então como está o pessoal da Fundação, nós queríamos fazer um intercâmbio com vocês, do PCdoB, tudo o que tiver de 47 a 85, que diga respeito a esse período, nós precisamos.

(inaudível)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Está bom. O companheiro da Direção da Une já foi? Você quer dar uma palavrinha, Fernando? Acho que era importante.

A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA – Deixa eu te dizer uma coisa Adriano.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Fala, Criméia.

A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA – Eu tenho alguma Classe Operária, eu tenho documentos do PCdoB, e eu vou te dar. Eu tenho cópias. Eu encaminho para a Comissão, *tá?*

O SR. FERNANDO GARCIA – Meu nome é Fernando, eu sou coordenador do Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois no qual já há cinco anos a gente vem organizando uma boa parte da documentação compreendida entre esses 91 anos do Partido Comunista do Brasil, e que a gente, eu entendo aqui o pedido do Deputado Adriano Diogo, mas temos algumas coisas, vamos fazer esse intercâmbio sim, acho que é necessário a gente fazer, inclusive aqui fora da Audiência, a gente sentar e conversar em uma reunião que cumprem essa pauta, mas existe um grande problema que todos os depoimentos dados aqui, os três de hoje e os das outras sessões também, existem além do sequestro, a prisão, a tortura, existe um saque de materiais que não foi repostos.

O César colocou aqui que foi saqueada a casa, que levaram a TV, as coisas, os móveis, tudo, a cachorra e documentos também são levados nesses sequestros que até hoje, a gente também não tem muito acesso a isso. A própria Comissão da Verdade Estadual, poderia entrar junto e faríamos isso junto, a Polícia Federal e vasculhar esses locais para ver se existe algum resquício desses materiais. As pessoas que forem

chamadas para depor, que fizeram as prisões, também responder questões com relação a esses documentos. Faz parte também da história do Brasil, isso.

A gente usa muito a história oral, para tratar das ditaduras, tanto a Vargas quanto a Ditadura Militar, porque não tem tantos documentos quanto teve de outros períodos. A gente não pode falar de Canudos pela história oral, mas fala pelos documentos que tem. Agora, para falar das ditaduras, a gente também não tem os documentos e tem a história oral. E a história oral, ela é um instrumento, ela é uma metodologia, a gente precisa dos documentos, mesmo os documentos mentirosos feitos pela própria ditadura a gente precisa desses documentos, os arquivos Estaduais estão jogando na internet os materiais, é saudável isso para que a gente conte essa história, mas aqueles documentos por exemplo na casa da Lapa, o Instituto de Criminalística tirou muitas fotos daquele momento, no arquivo do Estado tem essas fotos.

E a gente vê pilhas de documentos em jornais, tem revistas mas em materiais escritos. A pauta daquelas reuniões, uma das pautas era a Guerrilha do Araguaia, as opiniões daqueles dirigentes sobre a guerrilha do Araguaia. E eles fizeram as suas intervenções por escritos, por escrito. A reunião do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil ali em 75, 76 não era feita com todo o Comitê Central, era parte metade em uma reunião, se caísse, não cair todo mundo, e a outra parte faria as sua intervenções em outro momento, tanto é que caiu a casa da Lapa foram presos e mortos aqueles militantes, aqueles dirigentes mas os outros do Comitê Central, não estavam ali, ano é? Porque era feita assim aquelas reuniões. E esses documentos foram roubados, a gente não sabe qual a opinião que tinha sobre não só a Guerrilha do Araguaia, outras pautas que estavam sendo tratadas ali por aqueles dirigentes, porque não temos esses documentos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Então, viu Fernando, que dia mesmo foi a queda da casa da Lapa?

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Dia 16 de Dezembro de 1976.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Então o seguinte, a gente podia fazer, eu queria pegar, estou propondo para a Amelinha, para a Comissão, para todos os companheiros fazer uma Sessão especial da casa da Lapa aqui.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – A chacina da Lapa.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - A chacina. É temos que fazer uma, bem organizada. E uma última coisa que eu queria te falar, viu Fernando é o seguinte, vocês do PCdoB não sei qual o nível de compartimentação, acho que o melhor portal de esquerda, de comunicação, é o Vermelho. E embora o vermelho tenha dado algumas notícias está muito distante da gente. Nós precisamos, eu sei que tudo é feito com muito sacrifício, tem muita coisa para cobrir, mas a gente precisa de uma maior proximidade com o Vermelho entendeu?

Para fazer esse link, as imagens da TV Assembleia estão à disposição, a gente pode passar todo o material visual da Comissão da Verdade, mas nós precisamos dessa troca documental. Isso é fundamental. E mesmo com o pessoal da UNE, vou dizer uma coisa, viu, pego o material de vocês, dos desaparecidos no Araguaia, e levo para vários setores do Movimento (ininteligível) e o pessoal não conhece, não conhece.

Então, essa dificuldade que é para todos nós, não é exclusiva de ninguém, é uma questão real.

Bom, para concluir, Dodora está com o documento do Fernando Santa Cruz? Eu queria que a notícia, a Amelinha desse essa notícia, acabou de chegar agora, na hora do almoço, até através de um companheiro do PCdoB, o Edson Aparecido, finalmente um documento da Procuradoria Geral do Estado, que reconhece que o Fernando Santa Cruz

em 1974, viu, eles conseguiram uma redação, reconhece que o Fernando Santa Cruz não abandonou o emprego no DAEE, em 74 por desídia. Então, finalmente aqui um documento histórico que a Amelinha vai dar a notícia.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Fernando Santa Cruz de Oliveira, é desaparecido político, desapareceu desde 24 de Fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro, mas ele morava aqui em São Paulo, trabalhava no DAEE e foi até o Rio e lá foi se encontrar com dirigente da Ação Popular Eduardo Collier, e os dois são desaparecidos políticos até os dias de hoje. Teve aqui, nós temos feitos audiências priorizando os mortos e desaparecidos políticos que tiveram algum vínculo com São Paulo. Não são todos, inclusive quando o Jamil fala ali das mortes do PCdoB, dos dirigentes, aqui não foram falados de todos. Porque o Lincoln Oest, ele foi assassinado no Rio de Janeiro, o Guilhardini foi falado, porque ele nasceu em Santos. Então aqui é um vínculo com o Estado de São Paulo. O Lincoln Oest era do Rio de Janeiro e foi assassinado no Rio de Janeiro. Também como o Lincoln Bicalho, o Lincoln Roque Bicalho também foi assassinado no Rio de Janeiro.

Então, no caso do Fernando Santa Cruz, ele é de Recife, desaparece no Rio de Janeiro, mas existem informações que ele passou pelo DOI-CODI de São Paulo. Houve essa informação por parte de um carcereiro lá do DOI-CODI que é o Marechal. E além do que ele trabalhava aqui em São Paulo, então ele tinha algum vínculo com São Paulo, por isso que ele entra nessa nossa lista.

E quando foi apresentado o caso aqui, e foi apresentado o caso aqui em Fevereiro deste ano, a família solicitou que houvesse uma mudança no documento que registra a demissão do Fernando Santa Cruz de Oliveira do DAEE. Lá consta que ele abandonou o trabalho, então por isso que ele foi demitido. E foi a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva que é da Assembleia Legislativa fez uma, encaminhou um pedido ao DAEE para que fosse retratado e houvesse essa retratação em relação a demissão do Fernando Santa Cruz.

Não é justo, porque ele não abandonou, ele desapareceu, ele foi sequestrado, morto, até hoje nós não temos o corpo e por isso que nós fizemos esse pedido, acho que no dia 20 de Fevereiro de 2013 e hoje é dia 25 de Abril e nós temos a resposta da Procuradoria Geral do Estado, finalmente atendendo a esse pedido. É um pedido da família, é um pedido nosso. Nós temos que fazer justiça e isso é uma forma de fazer justiça, é forma de reparação, você trazer a verdade dos fatos e reconhecer que ele nunca abandonou, ele não abandonou o emprego, ele é desaparecido.

Então, acho que esse documento aqui, ele tem uma importância, você quer ler, né? Então, você pode ler, ele é muito importante e amanhã, só lembrando, viu, amanhã a Rosalina Santa Cruz vem aqui nas audiências, durante as audiências que amanhã vai ter audiência a partir das 10:30 HS, aqui nesse plenário, a Rosalina Santa Cruz que é irmã do Fernando Santa Cruz, vem aqui para que seja entregue esse documento para a família, que foi, acho que uma grande vitória ter conseguido isso no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Antes, lógico, espera um pouquinho, mas fala no microfone. Deixe concluir a informação. Fala seu nome.

A SRA. MARIA LÚCIA – Maria Lúcia do blog dos Legislativos SP. Não, é que o senhor vai ler, mas eu queria saber se no documento consta que ele é um desaparecido, por exemplo?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Eu vou te ler o texto do Procurador Geral do Estado.

A SRA. MARIA LÚCIA – O DAEE, o que é?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Departamento de Águas e Energia Elétrica da Secretaria de Recursos Hídricos.

A SRA. MARIA LÚCIA – Obrigada.

(Inaudível)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT - Antigo DAE, não é? Mas era Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Trata-se de expediente que tem origem na recepção pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do ofício externo do número 15 de 2013, expedido pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, Rubens Paiva, tratando do caso, desculpe, Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira, ex-funcionário do DAEE, Departamento de Águas e Energia Elétrica aprova as conclusões contidas no item 63 da manifestação das folhas 205 e 218, destacando que dá retificação ali sugerida de cunho meramente declaratório não advirão outras consequências no plano Jurídico Administrativo como demonstrado no item 64. Para impedir que haja qualquer reparação pecuniária, encaminhe-se esse expediente ao Departamento de Águas e Energia Elétrica DAEE, para providenciar providências de retificação nos precisos limites indicados no item 63 da manifestação folha 212. Dezenove de Abril de Dois Mil e Treze. Elival da Silva Ramos Procurador Geral do Estado.

Então, por favor. O doutor quer dar uma palavrinha? Não, está bom.

Só queria dizer o seguinte, hoje foi um dia muito importante além desse documento, que eu pensei que era datado de hoje, foi 19 de Abril, mas hoje foi entregue para nós oficialmente, nós aqui na Comissão já coletamos muitos depoimentos da própria Criméia e da Amelinha, mas hoje foi especial porque nós falamos principalmente do Danielli, do Carlos Danielli, mas eu queria exaltar em que me pese a forma descontraída coloquial, do César, vocês repararam que o César muito jovem já na época da prisão estava saindo de um sanatório com tuberculose e foi ajudar o Danielli a cobrir um ponto e aconteceu tudo aquilo.

E também apareceu vagamente nos depoimentos como o processo naquela época tinha evoluído um pouquinho da tipografia, trabalhava com materiais químicos, tintas e ambientes, Tiner, em absolutamente fechado, como a saúde do César foi agravando, agravando, agravando, não é?

Então, outro dia veio aquela companheira filha do Momento, que em função de não ter uma data específica pelo desaparecimento de seu pai na Guerrilha do Araguaia, nem a mãe tinha acesso a nenhum direito previdenciário, nem LOAS, nem nada.

Então quanta gente, quanta gente que deu a vida, lutou por esse povo, outro dia a companheira de Santos, lembra? Do sindicato? Companheira lá da Força Sindical disse que o município de Santos, foi preso, quer dizer teve intervenção, além do navio o Raul Soares, que as pessoas ficaram detidas nos porões, a cidade inteirinha ficou sob prisão domiciliar e que era muito difícil recuperar a memória e envolver tal grau de sofrimento e as famílias da cidade de Santos tinham sido envolvidas.

Então, é lógico que o depoimento do César, de todos, os depoimentos são fortíssimos. Então, viu Jamil, como é importante você fazer esse esforço militante porque você é uma das poucas unanimidades, o esforço que você faz para que o PCdoB esteja presente em todas as Sessões que se trata da memória do Partido. Muito importante, porque quantos companheiros das diversas organizações foram abandonados como combatentes e feridos ao longo dos caminhos. Essa família do Momento, nós vamos ter que prestar uma atenção especial porque eles estão em uma situação difícilíssima, difícilíssima, difícilíssima e o Governo Brasileiro e o Estado Brasileiro não os reconhece para nada.

Então, eu queria agradecer a todo o pessoal que está aqui, contribuindo e antes de fechar a Criméia vai fazer uma declaração importantíssima.

A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA – É o seguinte, eu tenho alguns documentos do Partido Comunista do Brasil da época, dos anos 70, e tenho documentos das Forças Armadas dos anos 70 também sobre a Guerrilha do Araguaia, inclusive e sobre a queda da Lapa, o rascunho dessa ata e eu vou entregar isso para a Comissão. Foram documentos que a gente conseguiu esse rascunho da ata da

reunião da casa da Lapa, inclusive estava no tal baú do General Bandeira. E a gente vai repassar para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado Criméia, eu queria registrar também, aquele companheiro lá, aquele jovem, de origem japonesa, nipônica, ele fez a recuperação da memória dos japoneses confinados e perseguidos na Segunda Guerra Mundial aqui no Brasil. Ele tem um material aí e ele vai entregar Sexta-Feira para a Comissão da Verdade. Muito obrigado. A Sessão está encerrada.

* * *